

A Classe Operária

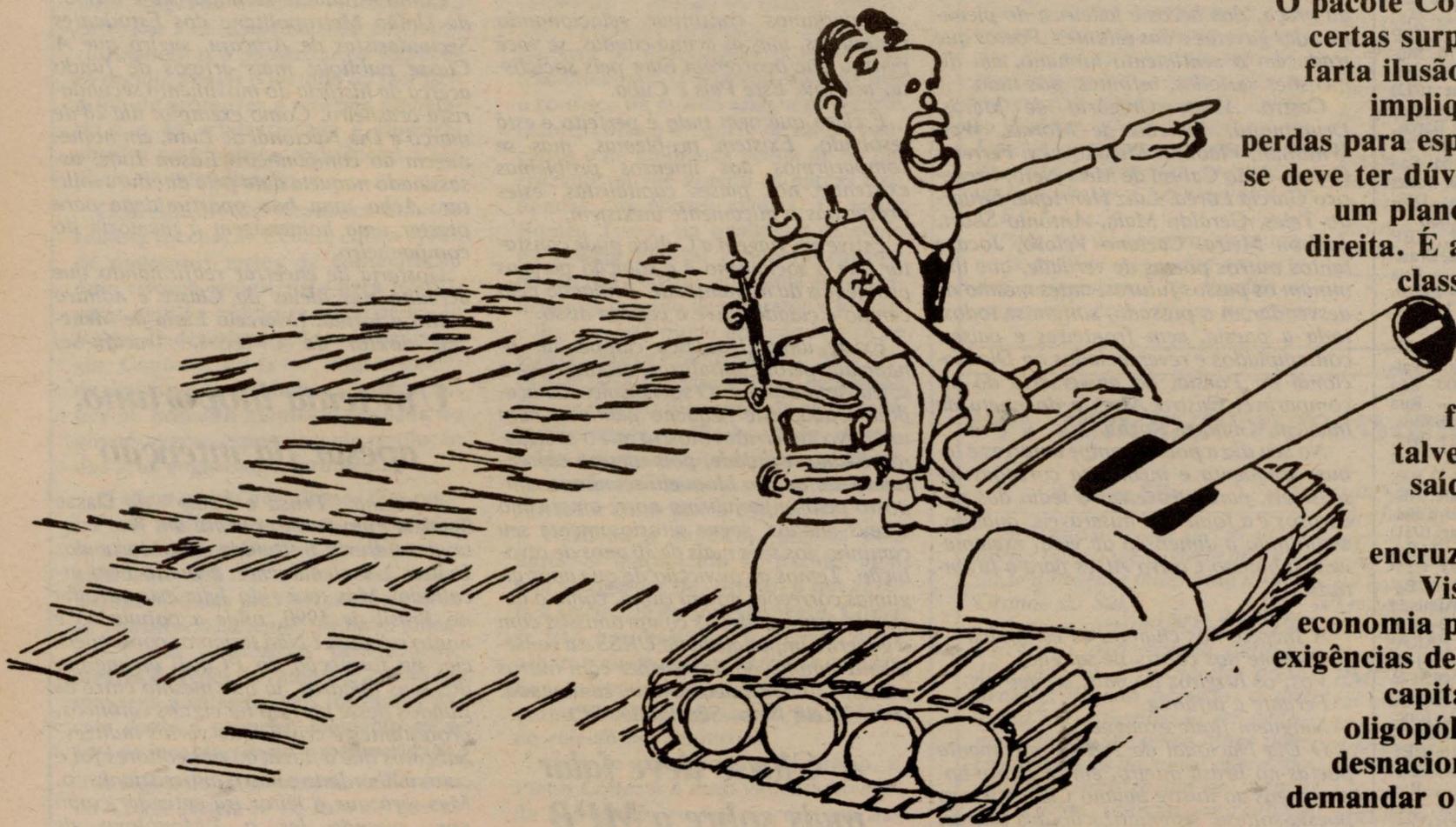


ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 65 — VI FASE — Nº 39 — DE 30 DE MARÇO A 12 DE ABRIL DE 1990

Cr\$ 18,00

Governo Collor AMEAÇA DE FASCISMO



O pacote Collor tem causado certas surpresas, euforias e farta ilusão. Muito embora implique, de imediato, perdas para especuladores, não se deve ter dúvidas: ele compõe um plano reacionário, de direita. É a alternativa das classes dominantes à crise e está se impondo, inclusive por fatores objetivos, talvez como a única saída da burguesia defronte da sua encruzilhada histórica. Visa reestruturar a economia para adequá-la às exigências de acumulação do capital ditadas pelos oligopólios, pressupõe a desnacionalização e pode demandar o fascismo. Pags. 3 a 11.

Parlamentares elogiam a Albânia

Nas páginas 12, 13 e 14, a **Classe** publica os depoimentos dos deputados federais José Carlos Sabóia (PSB-MA), Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) e Florestan Fernandes (PT-SP) sobre a Albânia, país que visitaram recentemente. Eles tiveram a oportunidade de observar as condições de vida do povo albanês e a real situação da-

quela nação.

Conforme o deputado pelo PSB maranhense, e líder do partido na Câmara, José Carlos Sabóia, o conhecimento da realidade albanesa desmistifica as versões preconceituosas e as fantasias correntes a respeito do país das águias.



URSS humilha a Lituânia

Gorbachev ordenou a invasão da Lituânia por tropas soviéticas. O mundo capitalista contempla e consente, com um silêncio cúmplice e constrangido: os EUA continuam negando o reconhecimento à república báltica e tampouco a Comunidade Econômica Européia se atreve a um gesto de solidariedade aos rebeldes lituanos. A autodeterminação de um povo é flagrantemente violada, porém tudo se faz em nome da "paz". O PCdoB divulgou nota condenando a conduta da União Soviética. Leia na página 16.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável:
João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antonio Martins, Irasson Cordeiro Lopes e Umberto Martins.

Diagramação e Arte: José Luís Munuera Reyes

Centro de Documentação: Joana D'arc de Sousa e Rosane Montiel
Administração: Sandra Mateus
Secretaria: Márcia Medeiros
Assinaturas: Cláudia Medeiros

Fotografia: Agência Fótón

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São Paulo/SP.

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

Fax: (011) 36-4104

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, fone: (092) 233-7717, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1.037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — R. Parnaíba, 355, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548, fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2.500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARA — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800, fone: (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — R. Almeida Barreto, 273, tel. (083) 222-4413, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — R. Mal. Deodoro, 1.161, centro, fone: (041) 263-2049, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1.608, CEP 20031, fone: (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO LORTE — Rua Prof. Zuzza, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antonio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787 fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Wilhans, 434, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Rua Julio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis; SERGIPE — Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Empresa Jornalística A Classe Operária. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia. Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



Viva a poesia e os poetas do mundo!

É tempo de poesia, é tempo de Castro Alves, de Glauber Rocha, dos poetas. Em 14 de março, quer queiram, quer não queiram os editores, os livreiros, os comerciantes das artes, os secretários de cultura e diretores, gerentes e assessores, burocratas e tecnocratas das fundações culturais, com paletó ou de bermuda, homens públicos ou privados, parlamentares ou executivos, quer queiram, quer não queiram, comemorou-se o Dia da Poesia. Dia Nacional da Poesia. Aniversário de Antônio Frederico de Castro Alves e de Glauber Rocha.

Dia Nacional da Poesia é dia de reverenciar poetas. Poetas do povo, da vida, da praça, dos becos e ladeiras, do plenário, das gavetas e das estantes. Poetas que traduzem o sentimento humano, em dimensões variadas, infinitas, pós-tudo.

Castro Alves, Gregório de Matos, Drummond, Vinícius de Moraes, Walt Whitman, Vladimir Maiakovsky, Ferreira Gullar, João Cabral de Melo Neto, Frederico Garcia Lorca, Luiz Henrique, Eduardo Teles, Geraldo Maia, Antônio Short, Joelson Meira, Caetano Veloso, Joca e tantos outros poetas de verdade, que iluminam os passos futuros, antes mesmo de desvendarem o passado, sintam-se todos, toda a poesia, sem fronteiras e países, contemplados e reverenciados no Dia Nacional da Poesia, do aniversário do incomparável Castro Alves e do poeta da imagem, Glauber Rocha.

No seu dia a poesia rompe amarras e tabus, freqüente e incomoda corações insensíveis, para atravessar o tédio dos poderosos e a fome dos miseráveis, quando, assumindo a dimensão da vida, exclamava insubmisso Castro Alves para a juventude:

“...Moços,

A Inépcia nos chamou de estúpidos

O crime nos cobriu de sangue,

Vós, os luzeiros do país, erguei-vos

Perante a infâmia

Ninguém fique exangue”.

O Dia Nacional da Poesia movimenta poetas no Brasil inteiro, em recitais e homenagens ao ilustre baiano Castro Alves, poesia-síntese, sistematização dos poetas, poema-vida da Bahia, do Brasil, da América.

Nossas congratulações com os poetas baianos e brasileiros, com o Movimento

Poetas na Praça e todos os poetas, conhecidos e desconhecidos, que lapidam a língua, o verso e fazem da palavra a arte e a arma eficaz da vida. (Luiz Nova, poeta e deputado estadual — PCdoB — BA)

Realidade de Cuba desmente a burguesia

Você, sofrido operário, trabalhador do campo ou da cidade, imagine a seguinte cena:

— operários que vivem num país em que os gastos com habitação e transporte são mais ou menos 15% do seu salário;

— um país em que saúde e educação são gratuitas para todos;

— onde praticamente não existem crimes, a segurança do cidadão é ampla e eles podem andar pelas ruas tranqüilos a qualquer hora;

— onde a poluição é quase nula, o ar é puro, as águas límpidas, as ruas e praças limpas e bem cuidadas;

— onde o esporte, o lazer e a cultura são acessíveis a toda a população;

— onde todos se alimentam decentemente e ninguém passa fome.

Poderíamos continuar relacionando conquistas, mas as acima citadas, se você pensou que ocorreram num país socialista, acertou. Este País é Cuba.

É claro que nem tudo é perfeito e está resolvido. Existem problemas, mas se compararmos aos imensos problemas existentes nos países capitalistas, estes problemas praticamente inexistem.

Estive em viagem a Cuba e pude constatar que o socialismo é a solução para os problemas da humanidade. Andando pelo campo e cidades, tive a certeza disso.

Existe uma gigantesca campanha, financiada pelos capitalistas, dizendo que o socialismo acabou. O socialismo não acabou. Cuba, este pequeno país mas com um povo aguerrido, mostra que o socialismo é uma realidade, pois mesmo enfrentando um odioso bloqueio econômico imposto pelo imperialismo norte-americano e seus aliados, segue vitoriosamente seu caminho nos seus mais de 30 anos de revolução. Temos a convicção de que após algumas correções no seu rumo, como o desatrelamento a alguns compromissos com o governo imperialista da URSS e a consequente ampliação de relações com outros países, Cuba fortalecerá a sua caminhada. (José Bitelli Neto, São Paulo, SP)

A Classe deve falar mais sobre a MPB

Como leitor da Classe, gostaria de dar algumas opiniões com o intuito de fortalecer o jornal.

Antes de tudo, tenho certeza em afirmar que é inquestionável o alto nível do conteúdo de todas as matérias publicadas e podemos dizer em palavras bem claras — elas elevam bastante o nível de conhecimento político do leitor. Assim, A Classe Operária é uma grande arma, que desmascara e fala a verdade, que os grandes meios de comunicação da burguesia tentam esconder.

Recentemente, na edição de nº 36 foi publicada uma matéria do economista e presidente do PCdoB no Rio Grande do Sul falando sobre os verdadeiros motivos da viagem de Fernando Collor ao exterior. Com uma linguagem bem aberta, o autor analisa a crise econômica brasileira. Vale a pena parabenizar essa matéria.

Em segundo lugar, quero dizer que o Brasil tem uma população bastante jovem. Por isso é preciso falar mais sobre a música popular brasileira, publicar letras de músicas que marcaram época e analisar profundamente todas as fases da MPB. É preciso alertar e criticar duramente alguns setores da nova geração de cantores engajados numa engrenagem meramente consumista. Penso ser necessário ainda divulgar os músicos regionais.

Como estudante secundarista e diretor da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Aracaju, sugiro que A Classe publique mais artigos de fundo acerca da história do movimento secundarista brasileiro. Como exemplo: dia 28 de março é Dia Nacional de Luta, em homenagem ao companheiro Edson Luiz, assassinado naquela data pela ditadura militar. Acho uma boa oportunidade para prestar uma homenagem à memória do companheiro.

Gostaria de encerrar reafirmando que acredito nas idéias da Classe e admiro muito o jornal. (Marcelo Lima de Menezes, diretor da UMESA, Aracaju-Se)

Um tema inoportuno, apesar da intenção

A página “Prosa e Verso” da Classe Operária número 38, retrata um rico conteúdo cultural intitulado “A Morte dos Deuses”. Isoladamente, é muito bem escolhido. Mas terá sido feliz esta escolha no Brasil de 1990, onde a população é muito religiosa? Não teríamos consequências na formação do PCdoB ou mesmo dos seus quadros, já que mesmo entre os filiados desse partido há alguns católicos, protestantes e cristãos de vários matizes? Sabemos que a intenção dos editores foi o culto à liberdade e não o anticristianismo. Mas será que o leitor irá entender como nós, quando ler o “Monólogo de Satanás” de John Milton?

Espero que o “soneto” não nos cause “emenda”. (Carlim, Fortaleza, CE)

Comunistas de Sorocaba perdem um combatente

Comunicamos o falecimento do sr. Artur Ribeiro da Cruz, membro do Diretório Municipal do PCdoB em Sorocaba (SP), dirigente sindical dos condutores, em 3 de março, vítima de câncer. Homem simples de origem camponesa, ingressou no PCdoB em 1987 e em pouco tempo assimilou as idéias do socialismo. Tinha um modo peculiar de divulgar a nossa luta na sua categoria. Mesmo hospitalizado, não poupou esforços em divulgar e pedir votos para a luta dos funcionários e médicos do hospital. Fez muitos amigos e angariou a simpatia de vários sindicalistas pela sua simplicidade e determinação. (O Diretório Municipal do PCdoB em Sorocaba, SP)

Assine já o seu jornal “A CLASSE OPERÁRIA”
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
Endereço.....
CEP.....Cidade.....Estado.....
Profissão.....

“A CLASSE OPERÁRIA” CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: Cr\$ 108,00

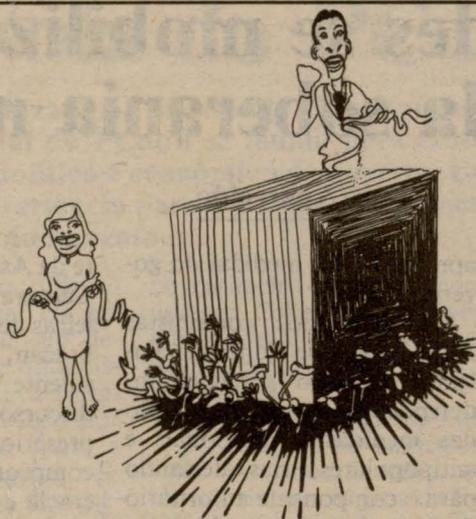
Assinatura semestral: Cr\$ 216,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal

Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 São Paulo/SP

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



EDITORIAL

País em estado de choque

Literalmente, os primeiros dias do governo Collor levaram o país ao estado de choque, de anormalidade, instabilidade e sobressalto. Jogando no tudo ou nada para enfrentar a devastadora crise econômico-financeira, o presidente da República decidiu adotar o método do confisco a fim de promover a reforma monetária e o da arbitrariedade e violência abusiva para aplacar resistências a seu plano de estabilização.

O presidente da República montou ruidosa encenação e conta com a ajuda de poderosos meios de comunicação num esforço jamais visto para mistificar a opinião pública e angariar apoio à base da desinformação e da demagogia. Conta, a seu favor, com o estado de espírito de ansiedade da população, que no primeiro momento deposita no novo governo esperanças de resolução dos seus angustiantes problemas.

O clima criado nos últimos dias mostra um início de governo atribulado, tumultuado até. Desde o dia da posse o presidente não faz outra coisa senão assinar medidas provisórias de duvidosa constitucionalidade, brandir ameaças e dar explicações pessoalmente através de redes de rádio e televisão, já que seus auxiliares mais imediatos deram desde o primeiro momento mostras de incompetência e mediocridade.

A lógica do tudo ou nada de Fernando Collor baseia-se no fato de que os setores das elites que ele representa chegaram à conclusão de que, do ponto de vista da sobrevivência do seu domínio, não há outra saída. Por isso, o presidente repete que ou este plano dá certo ou caminharemos para o maior desastre da história do país, ou seu programa é aplicado sem restrições ou a sobrevivência da sociedade brasileira estará irremediavelmente ameaçada. Assim, o governo aposta tudo agora.

Não restam dúvidas de que era necessário tomar medidas energéticas no combate à inflação. É certo também que o aprofundamento da crise econômico-financeira punha em risco a estabilidade social e político-institucional. Mas, em essência, o programa de "salvação" do governo Collor, longe de salvaguardar, golpeia duramente os interesses nacionais e populares.

Primeiramente porque o Plano Collor está centrado numa reforma monetária de caráter recessivo. O estrangulamento da liquidez inevitavelmente conduzirá à quebra de muitas empresas, sobretudo pequenas e médias. O espectro do desemprego já ameaça os trabalhadores. O governo alardeia que o confisco da moeda atingiu os especuladores. Mas o bloqueio de saldos bancários e de poupança acima de 50 mil cruzados novos drenou as parcas economias das classes médias. O xerife Romeu Tuma, na qualidade de chefe da Polícia Federal e Superintendente da Receita Federal, comanda ações policiais de invasão de empresas e jornais e diz que está numa cruzada contra os especuladores e sonegadores. Mas vieram à tona fundamentais denúncias de que poucos dias antes de anunciado publicamente, o Plano vazou, permitindo que alguns grandes especuladores sacassem seus recursos investidos nos fundos a curto prazo e no over.

Verificou-se também, poucos dias antes do lançamento do pacote, uma alta vertiginosa dos preços, o que revela a hipocrisia do congelamento. Como se isso não bastasse, o Plano Collor achou ainda mais o poder de compra dos assalariados, na medida em que ignorou a inflação de março para efeito do cálculo dos reajustes.

Além de recessivo e antioperário, o Plano Collor é a mais violenta investida entreguista contra a economia nacional. O programa de privatização das empresas estatais ameaça o patrimônio do país e o resto de soberania que ainda existia. Ao lado disso, pelo que se depreende das declarações do presidente e de sua ministra da Economia, está em curso um acordo com os banqueiros internacionais para garantir o pagamento da dívida externa.

O tempo se encarregará de evidenciar que, não atacando os problemas fundamentais do país, o programa de ajuste econômico do governo Collor contraria os interesses do povo e da nação. As forças democráticas e progressistas devem explicar pacientemente à população o caráter das medidas tomadas e organizar uma luta de longo fôlego, à base de um programa conseqüente que combata as reais causas da inflação e da crise econômica.

Derrotar Collor em Brasília

Agnelo Queiroz*

Pela primeira vez em sua história, o povo de Brasília terá o direito de eleger, no próximo dia 3 de outubro, pelo voto direto e secreto, o futuro governador do Distrito Federal. Apesar de colocada à margem do processo político durante o período do regime militar, a população do Distrito Federal sempre demonstrou a sua combatividade, o seu espírito de luta e o seu caráter democrático e progressista. Seja enfrentando com garra e altivez as tropas do general Newton Cruz, quando da decretação das medidas de emergência por ocasião da votação da emenda das Diretas-Já, seja participando de forma vibrante e empolgada da campanha da Frente Brasil Popular que deu a vitória a Lula tanto no 1.º como no 2.º turno das eleições de novembro passado.

Essa tradição de luta e esse espírito progressista do povo de Brasília abrem perspectivas concretas para uma vitória eleitoral das forças de esquerda nas eleições de outubro próximo, elegendo não só o governador do Distrito Federal, como a maioria da bancada na Câmara Federal e na Assembleia Distrital, encarregada de elaborar a Lei Orgânica do D.F.

Para que isso ocorra, no entanto, é preciso que todos os partidos progressistas de Brasília se empenhem com afinco na cons-

trução e na ampliação de uma frente progressista para enfrentar unidas as forças de direita, apoiadas no poder econômico dos incorporadores imobiliários e dos chefes do cartel das empresas de transporte coletivo, os principais beneficiários da política de terra arrasada desencadeada em Brasília pelos governos biônicos do regime militar e pelo último biônico, Joaquim Roriz, patrocinado por Sarney e incentivado por Fernando Collor. Só a unidade de esquerda será capaz de confirmar a tendência progressista do eleitorado brasileiro e derrotar a direita.

A vitória dos setores progressistas em Brasília tem uma importância fundamental, na medida em que significa não só a confirmação de que Brasília é de esquerda, como também a primeira e significativa derrota do governo Collor. A partir do Governo do Distrito Federal, as forças democráticas, progressistas e populares poderão articular de forma unificada a organização da oposição popular a Collor e às suas medidas e implementar em Brasília uma política que defenda a democracia, a liberdade, a participação popular e enfrente os poderosos grupos econômicos que insistem em lotear a cidade com vistas à preservação exclusiva dos seus privilégios.

**presidente do PCdoB no DF, candidato a deputado distrital*

A unidade necessária no RS

Edson Silva*

A disposição das forças partidárias para o pleito deste ano ainda se apresenta indefinida no Rio Grande do Sul.

Aqui, a direita (PDS-PFL-PL-PRN etc.) foi derrotada, tanto no 1.º como no 2.º turno das presidenciais do ano passado, o que vinha lhe dificultando ter êxitos nas eleições próximas. Suas poucas lideranças de maior expressão eleitoral mostravam-se pouco ambiciosas. Temiam pôr a cabeça a prêmio. O senador Chiarrelli, por exemplo, hoje ministro da Educação do governo Collor, já havia desistido da reeleição, preferindo disputar uma vaga na Câmara dos Deputados. Nelson Marchezan, tido há muito tempo como candidato do PDS ao governo do Estado, chegou a recuar, ainda que o PFL também lhe tenha assegurado apoio.

Logicamente a direita não estava parada, nem pretendia "entregar os pontos", suas esperanças eram, já para o 1.º turno, de compor com o "centro", no que chama de "união pelo Rio Grande", neutralizar o centro-esquerda e ver pulverizadas as forças de esquerda vencedoras da batalha eleitoral do ano passado.

Seu estrategema não está longe de se concretizar, sob o comando atento de Collor. A reação, que para os setores da esquerda in-

transigente parecia metida numa barafunda, se articula meticulosamente, investindo em dois nomes: Nelson Marchezan, homem de confiança dos "colloridos" e Mendes Ribeiro, jornalista do monopólio da mídia no Rio Grande do Sul e eleito pelo PMDB. Em 1986, deputado federal mais votado do Estado. Ambos, ao seu estilo e com poucas diferenças, apostam no sucesso do "plano de estabilização", de internacionalização da economia brasileira, recessão e arrocho salarial.

Embora esse provável desfecho, as chances de vitória das forças democráticas e de esquerda são reais. A unidade alcançada com a candidatura de Lula no 2.º turno do ano passado se mostra não só correta como indispensável para o pleito de outubro. Desde que os componentes daquela unidade compreendam não se tratar apenas de uma simples disputa eleitoral (por si só importante), mas da necessidade de apresentar aos trabalhadores uma alternativa avançada para enfrentar a ofensiva das forças da reação e assegurar, com a vitória eleitoral possível, melhores condições para a defesa dos interesses da democracia.

** Presidente do PCdoB no RS e membro da direção nacional*

Nas entrelinhas da notícia

Clóves Wonder

O governo Collor, que desde sua eleição vinha recebendo loas e loas dos meios de comunicação, começa a fazer água nessa área. Com exceção da "Voz do Brasil Rede Globo", os demais jornais e até emissoras de TV iniciam uma visão crítica sobre seu governo que não se sabe ainda para onde caminha, mas já não parece mais ser de adesão total.

Três dias após a posse do Imperador Collor, como ele gosta de ser chamado na intimidade, aquele jornalista cínico de Brasília, o Ala, já dizia que com as medidas provisórias editadas e divulgadas, alguns jornalões iam começar a chiar. E não deu outra. O "Estadão" começou sutilmente em seis editoriais a indicar a inconstitucionalidade de algumas medidas, principalmente as de números 153 e 156. Logo depois que alguns empresários foram coagidos e gerentes de bancos e supermercados presos, o vetusto matutino paulista perdeu a compostura e começou a chamar o Plano Collor de autoritário. O "Jornal do Brasil", mesmo com sua imensa dívida junto ao IAPAS sempre pendendo sobre sua cabeça como uma guilhotina, também começou, timidamente a reclamar do autoritarismo e das medidas policiais e fascistas do governo.

Aliás, foi o "Jornal do Brasil" também, que entregou os primeiros vazamentos de informações sobre a reforma monetária, que deixou pelo menos dois íntimos do poder super-ricos em cruzeiros. O banqueiro-contador da família Monteiro de Carvalho (de quem Collor já foi cunhado e que financiou a campanha), Daniel Dantas, e o governador de Alagoas, Moacir Andrade. Mas os jornalões chiavam mais porque o governo, com o xerife Tuma à frente, estava tentando humilhar alguns bodes expiatórios, que eram, por acaso, grandes anunciantes, como é o caso da família Veríssimo, do grupo Eldorado.

Folha vira Folhona

Mas tudo ainda ia sob controle de Collor até o episódio "Folha de São Paulo", quando na sexta-feira a Polícia Federal invadiu o jornal na tentativa de prender seu diretor Otávio Frias Filho. Aí a coisa esquentou. A "Folha" botou a boca no trombone e caiu na oposição total a Collor, comparando-o a

Mussolini e Hitler. Foram pelo menos dois ou três dias em que a pós-modernidade da Folha deu lugar ao jornalismo sério e corajoso.

Aliás, é necessário lembrar, que a "Folha de São Paulo", em que pese seus erros e desbundes, sempre foi malvista pela equipe de Collor. Desde os tempos de campanha, quando o jornal mostrou o autoritarismo do candidato e a truculência de seus capangas com a imprensa e o povo. Deu muitas fotos e matérias mostrando isso durante toda a campanha. E como dizia um outro cínico militante, o empresário Lincoln, Collor que não sabe perdoar e não tem grandeza para nada, avisou sua equipe para marcar a "Folha" a ferro e fogo.

Durante a cobertura da montagem do governo no Bolo de Noiva, em Brasília, os repórteres do jornal eram tratados a água e água, sem pão nenhum. Todo mundo recebia pelo menos uma vez por dia alguma notícia quente, alguma exclusiva, uma dica, acesso às agendas totais. Menos a "Folha", que na época levou vários furos. E o Claudio Humberto dizendo: "é para aprender a tratar a gente". Que gente, pergunto eu.

Mas o grande momento seria aquele em que os federais queriam algar o Otavinho na frente de todo mundo e o botariam num camburão. Mas quem tem auxiliares competentes não passa por essa. Sempre escapa pela porta dos fundos. O episódio no entanto, serviu para mostrar a essa gente bronzada que o apoiou tão entusiasticamente, qual o caráter do homem. Ou seja, nenhum. Mas quem não aprendeu na campanha, só aprende apanhando mesmo, ou tendo seu dinheiro tungado na maior.

E agora?

Além do "Jornal do Brasil", também a "IstoÉ/Señhor", publicou uma matéria, com nome e foto, de um amigo do poder, que como os outros já conhecidos, recebeu um telefonema nervoso de Brasília dizendo: "tire todo seu dinheiro do banco e leve para casa. Ainda hoje. Ande logo...". E o xerife Tuma não vai dar uma de valentão e prender esses malandros para eles dizerem quem foi que abriu o bico lá na equipe econômica? O Congresso também tem que tomar providência para apurar esse escândalo. Porque o meu mesmo que é o bom o homem surrupiou.

Entidades se mobilizam em defesa da soberania nacional

Luiz Aparecido

Com o auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados completamente lotado, a Frente Parlamentar Nacionalista e o Movimento de Defesa da Economia Nacional realizaram na última quarta-feira, dia 28, Ato em Defesa da Soberania e da Economia Nacional. Presidido pelo deputado Oswaldo Lima Filho, de Pernambuco, e com a presença de dezenas de entidades do funcionalismo público, empresariais e da sociedade civil, o ato acabou por se transformar numa grande manifestação de resistência às primeiras medidas do governo Collor, que dissolve empresas estatais, desemprega milhares de funcionários, penaliza pequenos e médios empresários e inicia a entrega do país ao capital estrangeiro.

Indistintamente, todos os discursos, iniciados pelo deputado carioca Luiz Salomão e por um sindicalista portuário capixaba, atacaram as medidas provisórias enviadas pelo governo ao Congresso, que segundo eles não apenas tenta acabar com a inflação, mas dilapidar o patrimônio e entregá-lo à sanha dos monopólios nacionais e dos banqueiros internacionais e empresas multinacionais. A representante da União Brasileira de Mulheres foi levar sua solidariedade e pedir que todos os setores que defendem a soberania da pátria se unam e lutem pela não-

aprovação das medidas do governo Collor.

Os deputados comunistas Aldo Arantes e Edmilson Valentin também discursaram, defendendo não só a rejeição das medidas antinacionais e antipopulares, mas alertando para o componente autoritário do governo e chamando todos os setores organizados da população a resistir. O deputado Edmilson Valentin, inclusive, sugeriu que a reunião aprovasse a realização de um grande ato público no próximo dia 10, em frente ao Congresso Nacional em Brasília, com a presença de funcionários públicos, pequenos e médios empresários e todos os que estão sendo arbitrariamente lesados pelos planos do governo.

A mesa diretora dos trabalhos, que contava ainda com a presença dos deputados Nelson Friedrich e de dona Judite Tibiriçá, representando o presidente do Movimento de Defesa da Economia Nacional, Barbosa Lima Sobrinho, prometeu analisar a sugestão do deputado comunista e imediatamente começar a organizar a mobilização para o ato em Brasília.

Até empresários

Presentes também ao encontro, o presidente da Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa — Flupeme, Benito Paret, um representan-

te da Assibril e o presidente da Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional, Cebracan, Luiz Athayde. O presidente da Cebracan, em seu discurso, acentuou que os empresários nacionais, realmente comprometidos com a democracia e o crescimento harmônico do país, não poderiam deixar de estar solidários ao movimento, e se integrar a ele da forma mais decidida possível.

Segundo Luiz Athayde, a desnacionalização que começa hoje pela empresa estatal, acaba por envolver a empresa privada nacional, pois esse atual pacote de medidas do governo Collor descapitaliza o pequeno e médio empresário brasileiro, que fica encurralado entre a quebra pura e simples ou a entrega de seu mercado aos grupos monopolistas ou às empresas multinacionais. Segundo ele, o plano de Collor não ataca as questões estruturais do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e acaba por beneficiar os cartéis, monopólios e o capital estrangeiro.

Estiveram também presentes ao ato, os deputados Haroldo Lima e Lidice da Matta, do PCdoB; Raimundo Bezerra, do PMDB; Ana Maria Rates do PSDB; Lizaneas Maciel, do PDT; Wladimir Palmeira, do PT; Sigmaringa Seixas, do PSDB; o senador Mauricio Correia, do PDT; e o deputado Paulo Ramos, do PDT.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Nota do PCdoB sobre o novo governo

Em reunião realizada no último dia 27, a Comissão Executiva nacional do PCdoB se reuniu para examinar o programa político e econômico do governo Collor e faz uma advertência para o perigo do fascismo. Eis a íntegra do documento.

Desde 15 de março, o Brasil tem novo governante. Há expectativas acerca do seu desempenho político e administrativo. Tão grave é a situação, que o povo ansioso por mudanças, admite o apoio a Collor, buscando alguma saída para sua situação desesperadora. Os primeiros atos do governo indicam, porém, que sua orientação não corresponde aos anseios dos trabalhadores e do povo, atingindo seriamente a soberania e a independência da nação.

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, que defendeu novos rumos para o país na campanha eleitoral, sustentando o programa de 13 pontos da Frente Brasil Popular, considera reacionária e antinacional a linha geral de Fernando Collor.

1 O principal objetivo de Collor, que constitui seu programa de governo, é o que ele denomina de "inserção do país no mundo". Mas o Brasil já vive integrado no sistema capitalista mundial. A "novidade" seria quebrar as já débeis defesas de nossa soberania, a pretexto de uma livre competição internacional. Isto seria, para Collor, a modernidade, o ingresso do Brasil na "nova" era capitalista. Tal inserção, porém, não passa de adesão à ordem econômica e política ditada pelas grandes potências que submetem e exploram a maioria da população mundial. Não há igualdade entre países ricos, altamente industrializados, e os países com uma economia deformada e mutilada por longa dominação, como o Brasil. Esta seria uma competição desigual.

A "nova ordem" aprofunda a dependência e a violação da soberania das nações menos desenvolvidas. Elas se convertem em apêndices dos países ricos, dos grandes monopólios internacionais. Todas as medidas anunciadas por Collor visam preparar as condições para a interdependência, para a chamada internacionalização da economia. A liquidação das empresas nacionais de grande porte, tidas como deficitárias ou dispendiosas ao Estado, ajustam-se a esse objetivo. De igual modo o abandono da reserva de mercado e a quebra de barreiras à importação. Mesmo a tentativa de buscar a estabilidade financeira, com o sacrifício dos trabalhadores e das massas populares, tem em vista limpar o terreno para o capital estrangeiro e os grandes monopólios brasileiros a ele associados. O destino que nos reserva tal política não é a entrada do Brasil

no primeiro mundo, como apregoa Collor, mas o nivelamento de nossa pátria com Singapura, Formosa ou Coreia do Sul.

2 Collor realiza um estilo de governo unipessoal. As modificações que introduziu nos órgãos da Presidência têm sentido excessivamente centralizador. Repete a postura imperial dos generais que dirigiram o país até 1985. Tudo começa e termina no chefe, o presidente, que decide de todas as providências. Utiliza a mídia numa grande campanha de promoção pessoal. Posa de salvador da pátria. Sua relação com os outros poderes toma forma de fatos consumados, de ordens impositivas. Adota atitudes repressivas contra o funcionalismo público e institui, como na época da ditadura, o deduzimento nas repartições federais. Faz demagogia com os "descamisados e pés descalços". Tenta manobrar com os segmentos mais atrasados politicamente, objetivando atraí-los para a luta contra os opositores. Tais atitudes têm características fascistas.

3 Com o propósito de atacar a inflação, a questão mais sentida pelo povo, Collor enviou ao

Congresso um pacote de Medidas Provisórias que já estão sendo postas em prática. Segue as indicações do FMI. Embora algumas dessas medidas possam ser encaradas como justas, seu sentido mais geral afeta duramente os interesses do povo e da nação. São os trabalhadores, a classe média, os pequenos e médios empresários os mais sacrificados. Os recursos da poupança necessários à sua atividade e à manutenção do seu nível de vida foram confiscados pelo governo, irremediavelmente. Os operários, além da perda salarial que já vinha de antes, tiveram subtraídos de seus salários os índices da inflação de março que se aproximam dos 90%. Cai, assim, o valor real dos salários, o que levará à piora das condições de vida dos que produzem as riquezas. Os preços dos gêneros de consumo continuam elevadíssimos. Se bem que o confisco atingisse também os ricos, os grandes empresários, os danos a eles causados são relativamente bem menores, podem ser recuperados. Demagogicamente, estabeleceu-se um imposto sobre as grandes fortunas. A taxa desse imposto é irrisória, nada significa no combate à inflação. O capital estrangeiro relacionado com a dívida externa não foi tocado. Tampouco os bancos do exterior e os latifundiários.

4 Um dos pontos de maior gravidade do Plano Collor é o da pri-

vatização das empresas estatais. O governo quer carta branca para pôr em leilão esse patrimônio nacional. Há muito o capital estrangeiro reclama medidas dessa natureza porque tais empresas constituem apoio ao desenvolvimento independente do país. Foram criadas como resultado da luta popular. Os imperialistas sempre combateram a sua instalação. Não queriam que o Brasil possuísse usinas siderúrgicas, nem que explorasse por conta própria o petróleo. Graças a essas empresas foi possível desenvolver setores básicos de nossa economia. Por que aliená-las agora? Não tem fundamento a opinião de que não cabe ao Estado funções de caráter econômico. Em países como o nosso essa função é indispensável para assegurar a soberania nacional. É certo que a administração das empresas estatais deixa muito a desejar e que algumas delas transformam-se em fontes de mordomias e mesmo de enriquecimento ilícito. O mal deve ser combatido e os responsáveis por isso são os governos corruptos das classes dominantes. A situação deficitária de várias dessas empresas é causada pelo fato de serem obrigadas a vender sua produção por preços abaixo do custo, subsidiando inclusive as multinacionais.

5 O Plano Collor vem causando graves distúrbios na economia do país. Muitas indústrias estão

paralisadas. O desemprego aumenta. Estancou-se o movimento comercial. Os portos estão semiparalisados. Não há dinheiro disponível. Desaparece a credibilidade pública no sistema financeiro do governo. A aplicação do Plano tal como se apresenta conduzirá à recessão, que atingirá milhões de trabalhadores. É inevitável o fechamento de boa parte das empresas de porte médio e pequeno. Desestruturou-se a economia para dar lugar a um modelo ajustado à política entreguista, antinacional. Há o perigo de sucateamento da indústria. Embora a atividade econômica possa reiniciar-se a curto prazo, não conseguirá estabilizar-se no nível desejado. Pode-se afirmar que o Plano Collor não resolverá as enormes dificuldades que o país atravessa.

6 O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, considera indispensável a adoção de medidas radicais contra a inflação. Não se deve permitir a ciranda financeira. Mas este combate não pode ser feito às custas do povo e dos interesses nacionais. Deve orientar-se no sentido de remover as causas da inflação que se encontram no pagamento da dívida externa, na existência de um sistema atrasado de propriedade latifundiária, no mecanismo especulador do setor financeiro, nos subsídios indiretos às multinacionais, nos privilégios cartoriais de grupos monopolistas da grande burguesia. Por isso a luta contra a inflação é inseparável do combate em defesa da soberania e independência nacional, da reforma agrária antilatifundiária, de uma estratégia de desenvolvimento independente, democrático e progressista do país. Somente um governo popular tem condições de enfrentar tarefas dessa envergadura.

7 O PCdoB julga necessária e urgente a realização de uma grande campanha de esclarecimento do povo sobre os verdadeiros fins que persegue o atual ocupante do Planalto. Graves prejuízos poderão advir à nossa pátria se não se organiza a resistência democrática à política antipovo e antinacional do sucessor de Sarney. Os partidos políticos ligados ao povo, os sindicatos, as associações populares, as personalidades comprometidas com o progresso da nação, estão chamados a se incorporar à grande luta do momento presente em defesa da democracia, dos direitos do povo, da cultura nacional, da independência do Brasil.

São Paulo, março de 1990.
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois.
A Comissão Executiva Nacional do Partido Comunista do Brasil



Collor realiza um estilo de governo unipessoal, com sentido excessivamente centralizador

O Plano Collor na encruzilhada

Ricardo Avelar*

O Plano Collor consiste fundamentalmente num choque antiinflacionário baseado numa brusca reforma monetária. Conjugadas a isto, acompanham outras medidas que, pelo menos no curto prazo, não terão alcance mais substancial mas que neste momento de relativa confusão quanto ao caráter do governo Collor servem para explicitar os seus compromissos últimos com o grande capital monopolista nacional e estrangeiro. A privatização das empresas estatais e uma maior abertura da economia nacional ao capital estrangeiro estariam entre estas últimas espécies de medidas.

A perplexidade, no entanto, é geral. Este plano difere fundamentalmente dos três anteriormente fracassados (Cruzado, Bresser e Verão). Estes choques antiinflacionários tinham base num congelamento geral de preços conjugado com políticas de renda arbitradas pelo Estado que no decorrer daquelas tentativas fracassadas tendiam cada vez mais a penalizar os salários e a transferir altíssimas somas de dinheiro público a título de remuneração da dívida pública por conta da elevação brutal da taxa de juros no sistema econômico.

Já o Plano Collor veio com uma lógica distinta. Em primeira instância penalizaria os detentores da riqueza financeira deixando numa posição de inatacabilidade uma nova categoria social inventada pela "criatividade" do populismo nacional, os descamisados. Na verdade, o Plano consiste num brutal enxugamento da liquidez (volume de moeda e/ou ativos substitutos), retirando-se de circulação cerca de 75% do estoque monetário existente na economia. Após esta cavalgada retirada de circulação de poder de compra a inflação teria que cair bruscamente independentemente de qualquer medida colateral como o tabelamento dos preços. Mas, afinal, restam as questões: qual o diagnóstico que serve de base para este Plano? Quem ganha e quem perde efetivamente? Este Plano, diferentemente dos outros, tem sucesso garantido? E se este Plano fracassar o que acontecerá? Passemos a estes pontos.

O diagnóstico do plano é ortodoxo e pressupõe a recessão

O Plano Collor foi elaborado a partir de um diagnóstico

de caráter ortodoxo que faz parte da crítica relativa ao fracasso dos planos anteriores e de outro de origem mais estrutural no que diz respeito ao funcionamento da economia brasileira. Por um lado, e isto desde a sua campanha, os economistas "colloridos" capitaneados por Zélia Cardoso de Mello consideravam que a hipótese de qualquer sucesso de um plano de estabilização dos preços na economia brasileira só seria possível em condições de desaquecimento econômico, ou seja, num contexto recessivo. Segundo eles, os demais planos teriam fracassado na medida em que não conseguiram conter a demanda que inevitavelmente explodia logo em seguida à desaceleração inflacionária. Como resultado disto, o plano a ser decretado deveria ser dotado de um rigoroso arrocho na demanda de bens para o consumo e investimento.

Adicionou-se a este princípio básico recessivo um diagnóstico que já vinha desde algum tempo ganhando caráter de unanimidade entre os economistas brasileiros. O Estado brasileiro estava à beira de uma bancarrota e caso não se resolvesse o problema do seu endividamento (dívida interna) não seria possível dotar o Estado de um controle da oferta monetária e, em última instância, do padrão monetário nacional que substanciava o processo de formação de preços e de valorização do capital nas suas mais diferentes formas. Ou seja, o Estado de-

veria ganhar capacidade autônoma de administrar a política monetária que estava efetivamente fugindo das suas mãos.

Na prática, a ciranda financeira existente (over, fundos de curto prazo etc) era lastreada por títulos públicos. Portanto, a remuneração destes títulos em uma escala continuamente crescente levaria em primeiro lugar a que o Estado perdesse completamente o controle da sua capacidade emissora, processo este que culminaria com uma hiperinflação. O economista da Unicamp Antônio Kandir viria com a sua explicação do processo aceleracionista da inflação brasileira, baseada no conceito de "fragilidade financeira do Estado", a apontar para a crucialidade de uma reforma monetária que retirasse das costas do Estado brasileiro o elevado peso da sustentação da ciranda financeira que alcançava níveis abusivos no caso da nossa economia. Portanto, arrocho na demanda (recessão) e reconstrução financeira do Estado estariam, a partir deste diagnóstico, no cerne do plano de estabilização do governo Collor.

Punir a especulação é certo, mas não é evidentemente tudo

E os setores progressistas, concordariam com esta análise? No que diz respeito à problemática da punição do processo especulativo que permitia transferências astronômicas de recursos para os detentores de riqueza financeira

através do aparelho estatal é claro que sim. Entretanto, para aqueles que possuem alguma preocupação em efetivamente viabilizar uma melhor condição de vida para a maioria da população brasileira, a oposição a qualquer pacote de medidas de caráter recessivo que viesse a agravar ainda mais o quadro de indicadores sociais brasileiro se torna imprescindível.

Por outro lado, um aspecto que ficou intocado no Plano Collor que se coloca no fulcro da problemática inflacionária brasileira, diz respeito ao ataque ao setor externo. Inclusive na tese de doutoramento do economista Antônio Kandir reconhecia-se que conjuntamente ao desequilíbrio financeiro do Estado, operava na instabilização da equação de formação de preços a flutuação errática do câmbio por conta da necessidade contínua de se gerar os mega-superávits na balança comercial. Para este economista a origem da inflação nos países latino-americanos associa-se ao processo de ajuste a que estas economias foram submetidas com a acentuação da crise da dívida externa, o que colocaria a área externa em papel de destaque. Em síntese, este economista aponta a origem do problema inflacionário brasileiro da seguinte maneira:

"O meu ponto de vista é de que o ajustamento econômico imposto aos países endividados nos anos recentes ocasionou: a) grandes incertezas com relação aos preços futuros dos bens de produção (matérias-primas e bens de capital) importados e/ou intensamente utilizados na produção de produtos exportáveis; b) uma fragilidade financeira do setor público, que, em alguns casos, se aprofundou de tal maneira que acabou se traduzindo em

pressões inflacionárias decorrentes em boa parte do aumento no custo de uso de bens públicos-fiscais".

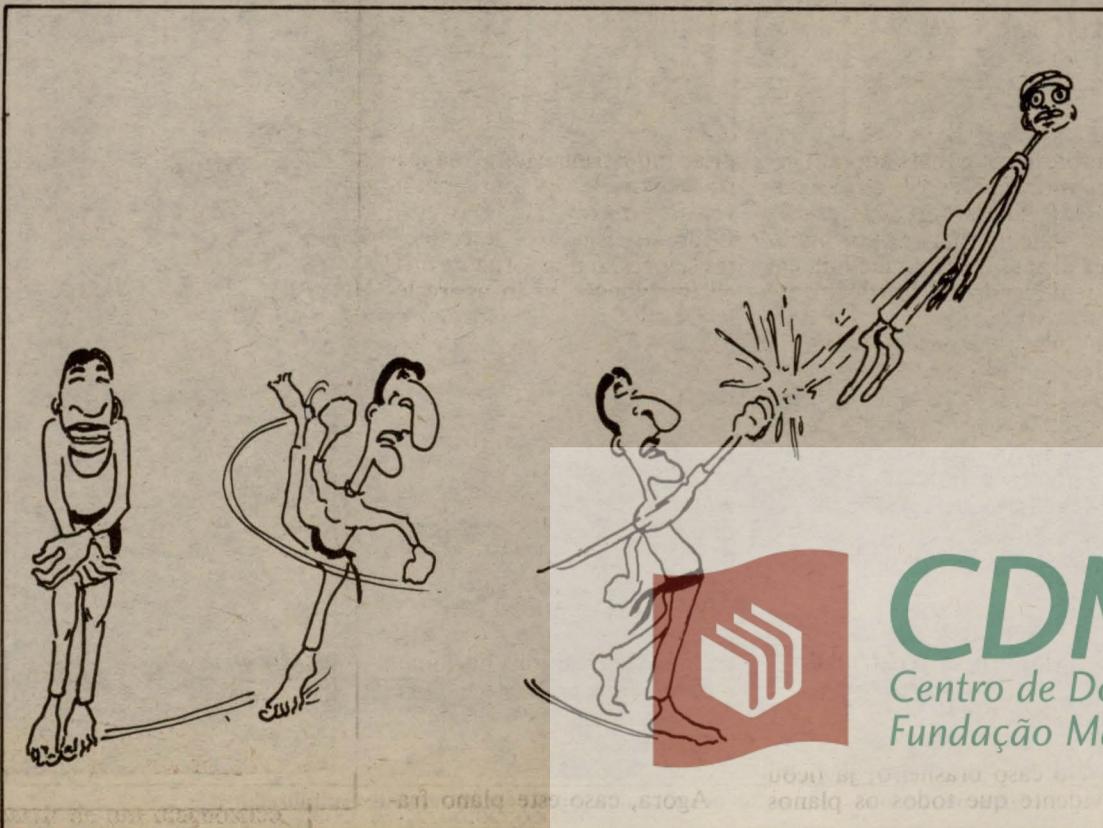
Portanto, o ponto (1) que indica a necessidade premente de estabilizar o câmbio simplesmente sumiu da essência do Plano. Tomaram-se medidas para reduzir o peso financeiro concentrado no Estado através da desvalorização da dívida pública interna mas não se adotou comportamento semelhante em relação à dívida externa que também rebate majoritariamente contra as finanças estatais e é responsável pelas flutuações cambiais que inviabilizaram, inclusive a continuidade dos demais planos, ou seja, esqueceu-se que o Plano Cruzado fracassou exatamente pelo lado externo? Desta maneira, o caráter confessadamente recessivo do Plano Collor e o completo deslocamento da questão externa tornam este plano insuficiente.

Perdas do capital serão compensadas a curto e médio prazo

A essência deste plano antiinflacionário, indubitavelmente, se concentra no confisco, com o objetivo de desvalorização, do estoque de liquidez denominado em Cruzados Novos existentes na economia. Ou seja, trata-se do recolhimento compulsório da riqueza líquida concentrada nas mãos dos agentes econômicos. Por sua vez, como todas as formas de riqueza no caso brasileiro encontram-se brutalmente concentradas, é óbvio que qualquer golpe que atinge algum estoque de riqueza irá rebater contra uma minoria privilegiada.

Entretanto, qualquer plano de origem ortodoxa que concentre as suas atenções no enxugamento monetário irá atingir os setores sociais detentores de riqueza na forma moeda. Ora, não apenas no Brasil mas em qualquer economia capitalista moderna o estoque de moeda encontra-se nas mãos dos diversos capitalistas (industrial ou bancário), restando para a maioria dos cidadãos apenas a posse de quantia de moeda relativamente ínfima para realizar pequenos gastos imediatos ou de pequeno porte

Desta maneira, qualquer intervenção estatal mais extrema no sentido de restaurar a estabilidade monetária nos moldes ortodoxos (controle monetário) atinge imediatamente com maior intensidade os grandes capitalistas. Esta conclusão nos permite afirmar que o Estado e o governo Collor com seus conhecidos compromissos políticos com o grande capital estrangeiro não são prioritariamente anticapital? Claro

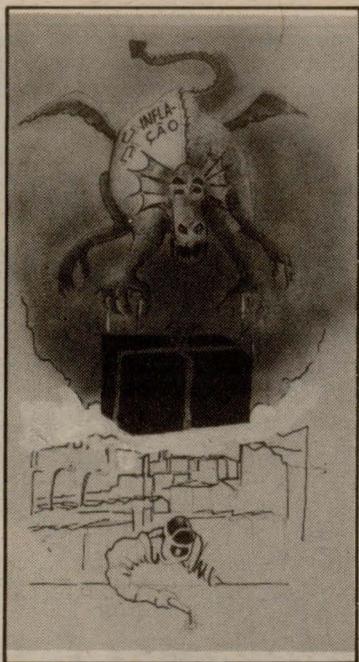


que não. O que o Estado está fazendo, na verdade, é tentar recuperar a estabilidade monetária por mecanismos coordenados, substituindo assim a hiperinflação no papel de forjar uma nova moeda forte e estável necessária para o funcionamento regular do capitalismo brasileiro. Ou seja, pelas regras de mercado a estabilidade monetária apenas seria alcançada à custa de uma brutal crise social e econômica em proporção imprevisível, que tende a acompanhar os contextos de hiperinflação. Sendo assim, o Estado se antecipa e busca coordenar o processo estabilizador mesmo que isto custe alguns interesses imediatos dos setores capitalistas que concentram a posse da riqueza financeira denominada em moeda nacional. Desta maneira, a essência do choque consiste na busca do restabelecimento do funcionamento sincronizado das regras capitalistas completamente conturbadas pelo processo inflacionário. Portanto, mesmo perdendo a curto prazo, a médio prazo os capitalistas teriam novamente a estabilidade do processo de acumulação de riqueza que é exatamente o que lhes interessa. A alternativa, para eles, era a hiperinflação.

Mas os descamisados pagarão a conta maior com a recessão

E os "descamisados"? O Plano Collor é realmente neutro em relação a eles, deixando-os fora do seu alcance? É óbvio que não. A oposição da esquerda a choques concentrados no confisco do estoque de liquidez justifica-se pelo fato de que isto reduz a capacidade dos indivíduos realizarem gastos na economia, o que provoca em última instância um surto recessivo e de desemprego. Argumentar, como faz a propaganda oficial, que o Plano Collor não atinge os 90% de baixo da população brasileira é concentrar a análise apenas nos efeitos mais imediatos do plano. Efetivamente, ficou mais uma vez demonstrado: a renda no Brasil é tão concentrada que recolheu-se 75% do estoque de liquidez existente na economia com tetos de NCz\$ 25.000 nas aplicações de curto prazo, NCz\$ 50.000 na caderneta de poupança e conta corrente e estas medidas não alcançaram a maioria da população que não possuía este reduzido valor em qualquer tipo de aplicação financeira.

Portanto, efetivamente, a maioria da população brasileira não perdeu no primeiro momento porque simplesmente o nível de concentração de riqueza aqui existente não permitiu a ocorrência deste fato. Mas se o governo Collor tivesse maior coerência na sua argumentação, saberíamos que daqui para frente o preço da



estabilidade capitalista correrá por conta da classe trabalhadora. A possibilidade de recessão não é apenas algo remoto, mas algo que tende a resultar de choques drásticos de redução do poder de compra na economia. Por outro lado, a necessidade da recessão funciona para a equipe econômica do Collor como uma premissa para o sucesso do Plano. Portanto, se a recessão é algo previsível não é possível afirmar que os "descamisados" não irão perder porque o desemprego e a queda do salário real sempre acompanham estes contextos de descenso na atividade econômica.

Na realidade, sintomas de desemprego já começam a aparecer atingindo inicialmente os setores que intermediam produtos de alto custo unitário como é característico dos bens de consumo duráveis, destacando-se aí o setor de intermediação de automóveis. Por outro lado, existe na economia brasileira um largo contingente de trabalhadores que são empregados através de relações tipicamente informais, não restando a estes nenhuma garantia de estabilidade no emprego. Este último fato agrava-se mais quando se nota que são as pequenas e médias empresas que mais adotam estes procedimentos de arrematação de força de trabalho, que irão passar por maiores dificuldades na medida em que dependerão drasticamente do crédito bancário que além de continuar escasso deverá discriminar, devido ao risco que isto envolve, operações financeiras com empresas de reduzido poder de mercado. Portanto, a possibilidade dos "descamisados" virem a pagar o ajuste econômico com o desemprego não é nada remota.

O "tem que dar certo" poderá se frustrar e ceder lugar à hiper

No caso brasileiro, já ficou evidente que todos os planos

antiinflacionários foram capazes de baixar instantaneamente a inflação para níveis próximos a zero. Os problemas ocorrem durante o processo de implementação. Por isso, com três experiências fracassadas anteriormente já se deveria ter claro que sempre diversas forças agem no sentido de boicotar o sucesso do plano através de estratégias de desabastecimento, adiamento de contratos cambiais ou através de formas que apenas a "criatividade" e poder dos capitalistas permitem articular.

Mesmo que este plano venha no sentido de reordenar o funcionamento do capitalismo brasileiro através da estabilização do padrão monetário, os capitalistas tendem a raciocinar através dos seus interesses mais individuais, ainda que apareçam na imprensa como preocupados com as grandes questões nacionais. E não há dúvidas: grandes interesses individuais foram efetivamente tocados, com destaque para o setor financeiro que vinha num processo de concentração de riqueza abusivo. O setor bancário, por exemplo, ganhava quantias astronômicas intermediando a dívida pública e realizando operações que em contexto de elevadíssima inflação lhes rendia um brutal imposto que era cobrado da sociedade através da inflação. Este setor vai realmente ficar a ver navios, com a possibilidade de ser drasticamente reduzido? E o setor industrial, grande aplicador no mercado financeiro, esperará o seu patrimônio líquido ser desvalorizado no decorrer das operações dos leilões de conversão Cruzado Novo/Cruzeiro? Estes segmentos do grande capital na realidade tendem a se sentir efetivamente traídos na medida em que o governo Collor foi feito com uma plataforma neo-liberal e realizou a mais drástica intervenção do Estado nas regras de funcionamento do mercado.

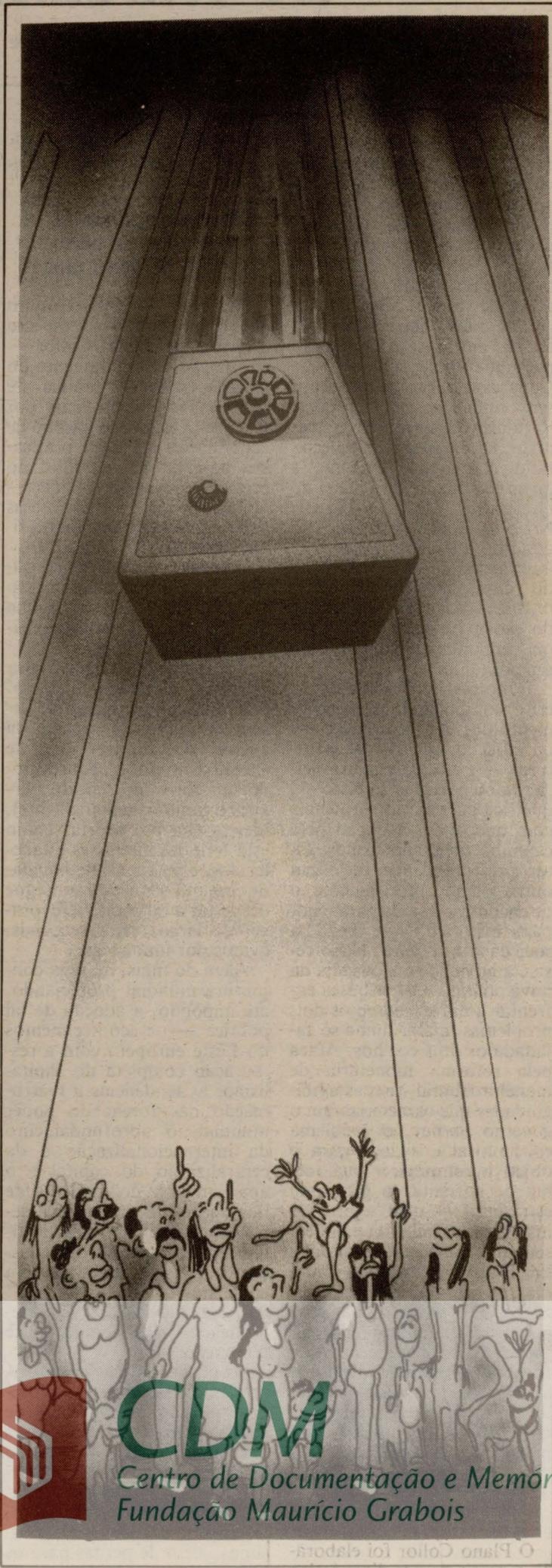
Dessa forma, a possibilidade de boicote ao Plano por uma articulação ao grande capital industrial/capital bancário mostra-se bastante possível. Por outro lado, o governo Collor se elegeu aliado com estes setores, o que torna de difícil imaginação vê-lo agora levando um embate até as últimas consequências com os segmentos sociais que lhe dão sustentação política. Ou seja, os economistas "seniores" deste país dizem: o plano está tecnicamente bem articulado, as equações se fecham, excetuando-se uma de caráter primordial, a equação política. Derrotar a inflação brasileira envolve a longo prazo o enfrentamento dos grandes interesses de blocos de capitais nacionais e internacionais e esta não parece ser a disposição pronunciada pelo governo Collor.

Agora, caso este plano fra-

casse, o custo disto terá um peso proporcional à sua ousadia. Os agentes econômicos já não mais confiarão no sistema financeiro nacional e tentarão fugir de qualquer ativo financeiro denominado em moeda nacional, o que inevitavelmente levará a economia para uma situação de hiperinflação. Para restituir a capacidade do Estado fazer política monetária, o Plano Collor mudou brusca-

mente as regras do jogo financeiro, o que deixa na memória dos agentes um sentimento de desconfiança nas instituições financeiras que só será eliminada com a persistência por vários anos da estabilidade do novo padrão monetário, no caso o Cruzeiro.

*Economista, colaborador da Classe



Um plano dentro do plano e muitos sinais de fascismo

José Reinaldo Carvalho e
Umberto Martins

Senhores, não temos alternativa, disse o presidente Fernando Collor de Mello ao apresentar seu plano de estabilização econômica. "A alternativa era a hiperinflação", fez eco sua parceira no Ministério da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Declarações como estas não significam apenas um apelo à população para que apoie o plano e ao Congresso para que o aprove sem emendas nem retoques. Para além desse objetivo imediato, há um outro, não declarado mas muito evidente a quem faz uma leitura plena do chamado plano "Brasil Novo", contextualizada no quadro da situação nacional e internacional — a adaptação do capitalismo dependente brasileiro às novas exigências do desenvolvimento do sistema imperialista tomado em seu conjunto.

É tão real a combinação da crise conjuntural, e especialmente dos conflitos expressos na inflação, com a crise estrutural — e a burguesia brasileira tomou consciência disto —, que fica patente, na virulência com que se fez a opção pelo caminho do Plano Collor, estar presente dentro dele um outro plano, precisamente o de encontrar a saída para o impasse histórico a que chegou a sociedade brasileira. Nisso reside a novidade e a ousadia da nova política. Collor busca enfrentar a um só tempo os dois problemas, matar duma só cajadada os dois coelhos. Ataca pela reforma monetária de maneira frontal, sem as ambigüidades que caracterizaram o governo Sarney, o problema conjuntural e avança para o objetivo estratégico (sua forma de enfrentar o problema estrutural) — qual seja, o de inserir em definitivo e também sem ambigüidades a economia do Brasil no mercado mundial, através da internacionalização. É o que a propaganda neoliberal chama de modernização. Nisso não há nada de fortuito, de surpreendente, de aventurismo ou simples jogada política de um presidente que governa com métodos unipessoais. Há em tudo isso uma decisão política e consciente da grande burguesia brasileira, convicta de que esta inserção, esta internacionalização é urgente e inevitável, a única, talvez a última saída para salvar

o capitalismo dependente brasileiro da completa bancarrota.

Classes dominantes procuram um novo padrão de acumulação

Aí reside — e isso muito pouca gente vê — o aspecto principal do Plano Collor — em função do esgotamento do modelo posto em prática até agora. Nada havia mais por fazer para manter o padrão de acumulação até aqui praticado, baseado no subsídio, no cartório, no tripé estatais — multinacionais — empresas nacionais e ultimamente no financiamento do Estado através de uma colossal dívida pública. Havia que encontrar um novo modelo. É esta lacuna que em última instância o Plano Collor visa preencher.

Daí por que o Plano Collor provocou tamanho impacto. Sendo uma nova opção de desenvolvimento da fração da classe dominante que se encontra no poder, constituindo um corte (no sentido burguês e capitalista dependente), inevitavelmente feriria, como está ferindo, interesses estabelecidos, e pela aura de novidade com que se reveste consegue despertar a expectativa favorável de largos setores sociais, ávidos por mudanças.

Além do mais, há uma conjuntura mundial propiciando, até impondo, a adoção de tal política — os acontecimentos no Leste europeu, com a restauração completa do capitalismo, as tendências à rearmação das forças do poder mundial, o aprofundamento da internacionalização e da centralização do capital e o aparecimento de modelos de integração de economias dependentes com os centros financeiros imperialistas, ilustrado pelas experiências em curso nos chamados "tigres" da Ásia, México, Bolívia, Venezuela e Chile, sinalizam este fenômeno.

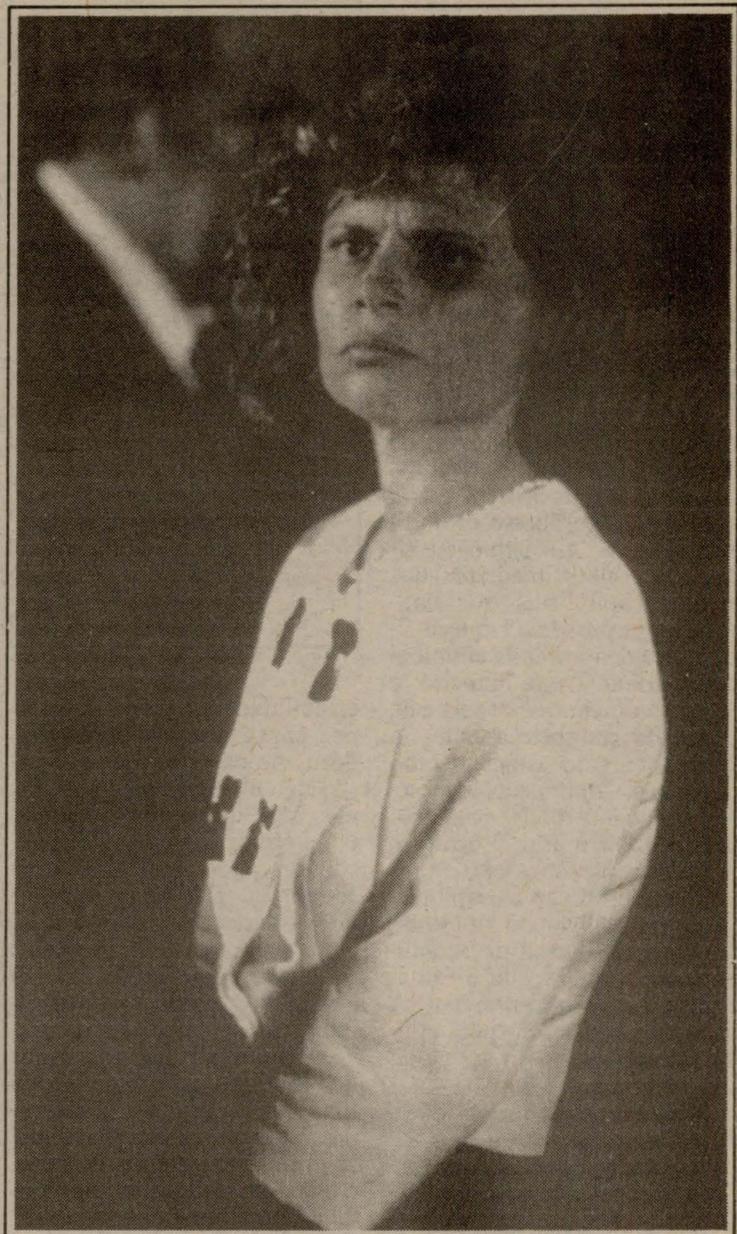
Os primeiros dias do governo Collor, bastante tumultuados, indicam a existência de conflitos reais e de impasses para a aplicação do seu plano de estabilização. Como projeto de remodelação do capitalismo dependente brasileiro, ele implica custos sociais altíssimos, além de perdas para os setores da burguesia tidos co-

mo anacrônicos. As atitudes do presidente, tanto no que diz respeito aos apelos aos "descamisados" como nos atos arbitrários perpetrados, mostram que politicamente o governo Collor pode transformar-se numa variante tupiniquim de fascismo.

Efeitos do plano são perversos e tendem a motivar o fascismo

Pode até parecer paradoxal, numa conjuntura de neoliberalismo no terreno econômico e de ataque ao "totalitarismo" no político, o aparecimento de tal hipótese. Mas, quando os efeitos do Plano Collor se pronunciarem em sua forma mais perversa — de ataque brutal aos direitos dos trabalhadores — e ficar nítido, a nível de massa, que a única saída para o impasse histórico presente do Brasil é a revolução e não a reciclagem do capitalismo dependente —, poderá ser este o único método de "salvar a pátria". A situação do Brasil não comporta meios termos.

Como analisar o aspecto das perdas do capital nas operações financeiras de curto e médio prazo? A rigor a riqueza que ali circulava era falsa, já não tinha correspondência na produção e precisava ser queimada. Inevitavelmente a permanência da ciranda financeira conduziria à hiperinflação. O Plano Collor soluciona o problema trocando uma forma de perda, que seria mais anárquica e poderia ter efeitos imprevisíveis, por outra que não deixa de ser perda, mas pode ser controlada e, a curto e médio prazo, recuperada. Aliás, a revista "Exame" de 21 de março reproduz a opinião do professor Stephen Charles Kanitz, da Faculdade de Economia e Administração da USP que relativiza o impacto das perdas dos grandes investidores. Segundo o professor Kanitz, "as 500 maiores companhias listadas no ranking de 'Melhores e Maiores', tinham aplicado no over entre 8% e 10% dos seus ativos". "Do ponto de vista estritamente operacional" — prossegue "Exame" —, "elas não precisariam mais do que o equivalente a 3% dos ativos para atender aos compromissos imediatos, principalmente com fornecedores e clientes."



Zélia fala grosso sobre as alternativas das elites: "isto ou a hiperinflação"

O professor Kanitz conclui daí que "dessa forma, as empresas de maior porte continuarão com uma liquidez imediata acima do normal". O mesmo não acontece com as pequenas e médias empresas.

Há no plano uma ironia do discurso neoliberal, ironia que maquia um dos seus objetivos centrais e encobre uma tendência objetiva dos tempos atuais. Trata-se da centralização do capital, decorrente da desnacionalização da economia, da recessão e da privatização das empresas estatais através de certificados compulsórios para certas instituições financeiras, especialmente bancos. Através desse mecanismo, a privatização transforma bens imobilizados na ciranda financeira em bens patrimoniais, o que repercutirá na redução, a prazo, das perdas do setor bancário. Chama a atenção, ao lado disso, outro aspecto do plano, desde a campanha eleitoral muito enfatizado por Collor — a "modernização" e capacitação das grandes empresas nacionais para a concorrência e integração com os monopólios mundiais. Isto está relacionado com as referências do presidente aos "dois tipos de elites brasileiras". Uma delas, a que sustenta o Plano Collor, se capacitará a associar-se, beneficiar-se como sócio menor, da internacionalização. O aperto na liquidez, como

demonstra o artigo das páginas 6 e 7, acarretará a recessão — e aí está a maior perda social a ser contabilizada na "era Collor". A recessão atuará como meio para a reestruturação e centralização do capital, pois ocorrerá à custa dos micro, pequenos e médios empresários. Prevê-se uma bancarrota em massa.

Consagra-se o maior arrocho salarial da história brasileira

Cumprir analisar os efeitos do Plano Collor sobre os assalariados. Ao se excluir do cálculo de reajustes a inflação de março, os salários ficaram no mais baixo patamar da história. Assim, pode-se dizer com serenidade que o Plano Collor consagra de saída o maior arrocho salarial da história, ainda que do ponto de vista imediato isso não venha a ser sentido, já que a comparação presente era com os estragos e o desvario causado pela inflação. Deve-se acrescentar que a recessão tem o dom de diminuir ainda mais os salários. Nesse sentido, o novo modo de reajuste, a prefixação, é no mínimo suspeito, tende a deprimir um arrocho ainda maior. É bom notar, ainda no que respeita aos salários, que toda a luta dos trabalhadores

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Objetivo é a desnacionalização

Agenor da Silva*

O plano Collor, chamado "Brasil Novo", é apresentado como um plano de firme combate à escalada inflacionária. O próprio presidente anunciou em seu discurso de posse que a prioridade número um de seu governo seria o fim da inflação. Neste sentido é que aparecem opiniões de setores progressistas e mesmo de esquerda considerando que o plano, apesar de aspectos negativos, como a grande possibilidade de recessão, tem aspectos positivos derivados da firmeza com que o problema é enfrentado.

Nada mais equivocado que esta visão estanque dos processos econômicos e sociais. Na verdade, o objetivo maior não é propriamente o combate ao aumento contínuo dos preços, mas sim criar as condições para o que tem sido chamado de integração do Brasil no mercado internacional. A velha tese de que o Brasil é um país fechado, sem competitividade internacional, de que é preciso atrair mais o capital externo etc., vira política oficial do governo do "Brasil Novo".

Internacionalização

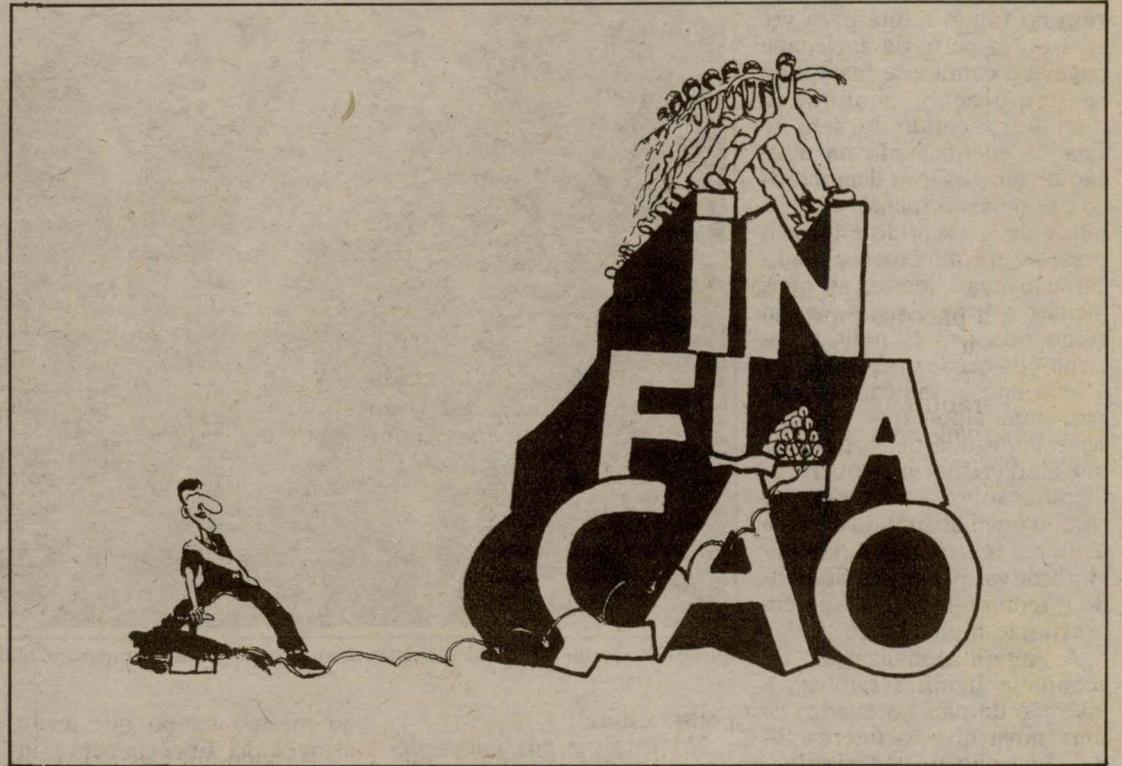
É desta forma que deve ser visto o plano: combate à inflação não no sentido de livrar os trabalhadores deste mal crônico do capitalismo contemporâneo, mas sim no sentido de atender aos interesses do grande capital internacional. É um plano que levado a suas últimas consequências irá aprofundar bruscamente a desnacionalização da economia brasileira. Combater a inflação na base da recessão além de ser inócuo, favorece apenas o capital internacional. Basta ver o exemplo da Argentina onde a economia entrou em profunda

decadência, o capital externo arancou as maiores concessões possíveis e a inflação não foi debelada.

O problema da inflação brasileira não é propriamente o estoque da dívida interna e o excesso dos chamados ativos financeiros, mas sim a velocidade de seu crescimento em função da transferência de recursos para o exterior. É função também da ação dos grupos monopolistas que sempre correm na frente na fixação de preços utilizando ainda o expediente da especulação para ampliar seus lucros monopolistas.

Estas questões não são tratadas nem de longe pelo pacote econômico. Pelo contrário, as medidas antiinflacionárias têm como eixo o corte linear nas disponibilidades de recursos financeiros onde os maiores prejudicados são as pequenas e médias empresas e os favorecidos são precisamente as empresas de capital externo, já que estas contam sempre com recursos no exterior para suportar o impacto inicial e, mais ainda, podem avançar numa conjuntura de declínio do mercado interno. Vale notar que é nos períodos recessivos que as multinacionais ampliam seus investimentos ou diminuem suas remessas de lucros no intuito de se aproveitar das dificuldades das empresas de capital nacional.

Coerente com a forma de ataque à inflação, o pacote contempla maiores vantagens estratégicas para o capital externo. Assim, foram abolidas as listas de proibição de importações para facilitar a chamada integração competitiva no mercado internacional. Além disso, foi lançado o Programa Nacional de Desestatização onde o capital externo será o grande comprador das empresas estatais.



Dependência agravada

É fato que os setores chaves da economia brasileira estão nas mãos das empresas estrangeiras e que cabe ao capital nacional, grosso modo, o papel de fornecedores destas multinacionais. Porém, a valer a estratégia econômica que o pacote indica, esta situação de dependência será agravada, já que com a diminuição das restrições às importações nem este papel secundário será mantido. Já há notícia de empresas multinacionais que passarão a cortar seus programas de nacionalização de componentes.

Não se trata aqui da defesa va-

ria do capital nacional em contraposição ao capital estrangeiro. Mas deve-se ressaltar que colocar o país em liquidação para o capital externo implica na perda de qualquer dinamismo interno. Dificulta a luta por melhores condições de vida para o conjunto da população. Basta ver o exemplo de países como os chamados tigres asiáticos em que suas economias são totalmente voltadas para o mercado internacional e seus povos não desfrutam minimamente do aparente vigor produtivo. Esta chamada integração no mercado internacional aponta no sentido das interdependências internas serem subjugadas em função da in-

terdependência internacional: uma unidade produtiva aqui instalada teria que privilegiar suas relações internacionais em detrimento da sua integração com as demais unidades produtivas e setores da economia nacional. Junto a isto, aparecerá a tendência ao desenvolvimento somente de ramos da economia com efetiva competitividade internacional, acabando com a relativa diversificação alcançada pela economia brasileira.

Por tudo isto, o pacote econômico deve ser rejeitado pelos trabalhadores como mais um ataque à soberania de nosso país.

* Economista, colaborador da Classe

“Causas da inflação não foram tocadas”

“As causas efetivas da inflação não foram tocadas por essa reforma monetária”. A opinião é da professora da Universidade de Brasília (UnB) Maria de Lourdes Rollemberg Mollo. Para ela, “a inflação tem bases distributivas. Por trás dela há um conflito distributivo e esse conflito pode ser visto entre economia interna e externa, governo e iniciativa privada, embora o básico, o que realmente importa é o conflito distributivo entre salários e lucros”.

— É por isto que se diz que a inflação serve ao sistema capitalista até determinado momento, na medida em que não for muito alta e reprimir os salários, ampliando os lucros, auxiliando, com isto, o processo de acumulação capitalista. Mas quando atinge um nível muito alto ela desorganiza toda a economia, a estrutura produtiva e começa a se transformar num problema até pa-

ra a acumulação de capital — explica.

Conflito permanece

A professora observa que “nunca se elimina o conflito entre salários e lucros num sistema capitalista, toda estratégia consiste em atenuar o problema, melhorando a distribuição do produto entre salários e lucros a favor dos salários. Se se faz isto, desarma-se o conflito, ou melhor atenua-se o conflito. Quando isto ocorre, tem-se base para desenvolver a economia com uma taxa de inflação menor e suportável.”

Ela argumenta, ainda, que até o momento “tivemos um sistema de crescimento extremamente concentrado que onerou os salários e ampliou os lucros. Então, qualquer tentativa de crescer novamente exige uma mudança brutal de distribuição de renda e paralelamente uma reestruturação

da oferta para atender a esse perfil de renda diferente. Ou seja, ao invés de privilegiar setores como os que foram privilegiados no crescimento brasileiro, que são os setores automotivístico, de eletrodomésticos etc, vai-se ter que dedicar uma atenção especial à produção de alimentos, vestuário e bens básicos que precisam ser consumidos pelos trabalhadores e não estão disponíveis na quantidade necessária.”

Ai reside, segundo Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, uma das falhas do plano no que tange ao combate antiinflacionário. É mais do que evidente que os assalariados não se resignarão com o padrão de distribuição imposto pelo plano, ensejando um aguçamento do conflito distributivo e, com ele, provavelmente a inflação.

Ela constata, também, um outro aspecto: “A reforma monetária vai provocar uma recessão brutal, um grande tranco na economia. É preciso

forçar a adoção de medidas que pelo menos atenuem o desemprego e ampliem o nível de emprego rapidamente, medidas no sentido de dificultar as demissões, ampliar o auxílio-desemprego, enfim, podem ser tomadas uma série de medidas para minorar as consequências da recessão.”

Voltando ao problema da distribuição de renda, a professora da UnB ressaltou: “Eu não estou vendo nenhuma reforma séria, que preveja uma redistribuição da oferta para propiciar maior poder aquisitivo real aos assalariados. Precisaria também fazer uma reforma tributária mais séria, a reforma agrária — reformas que toquem no âmago da questão. Essas reformas é que permitiriam num curto espaço de tempo uma saída para a inflação e sem os tranços provenientes de se deixar o livre mercado atual como fonte de inflação.”

Analisado, em particular, a reforma monetária ela acentuou que de fato “é uma refor-

ma que enxuga a economia rapidamente, retira o dinheiro de todo o mundo. Então, independente de qual seja a causa da inflação, o fato de as pessoas não terem dinheiro no bolso faz com que elas não possam comprar, que sobre estoques de mercadorias, o que força uma redução de preços. Então, no primeiro momento vai haver uma queda da inflação, o que não significa que o problema da inflação esteja definitivamente resolvido. As causas efetivas da inflação não foram tocadas.”

Lembrou igualmente que o problema da dívida externa não foi alvo da reforma. “É óbvio que qualquer sangria adicional para o exterior só faz piorar a situação do mercado interno. Então toda tentativa de analisar essa reestruturação tem que contemplar a nossa impossibilidade de pagar multas e juros, pois isso deixa o país com uma margem de manobra menor internamente.”

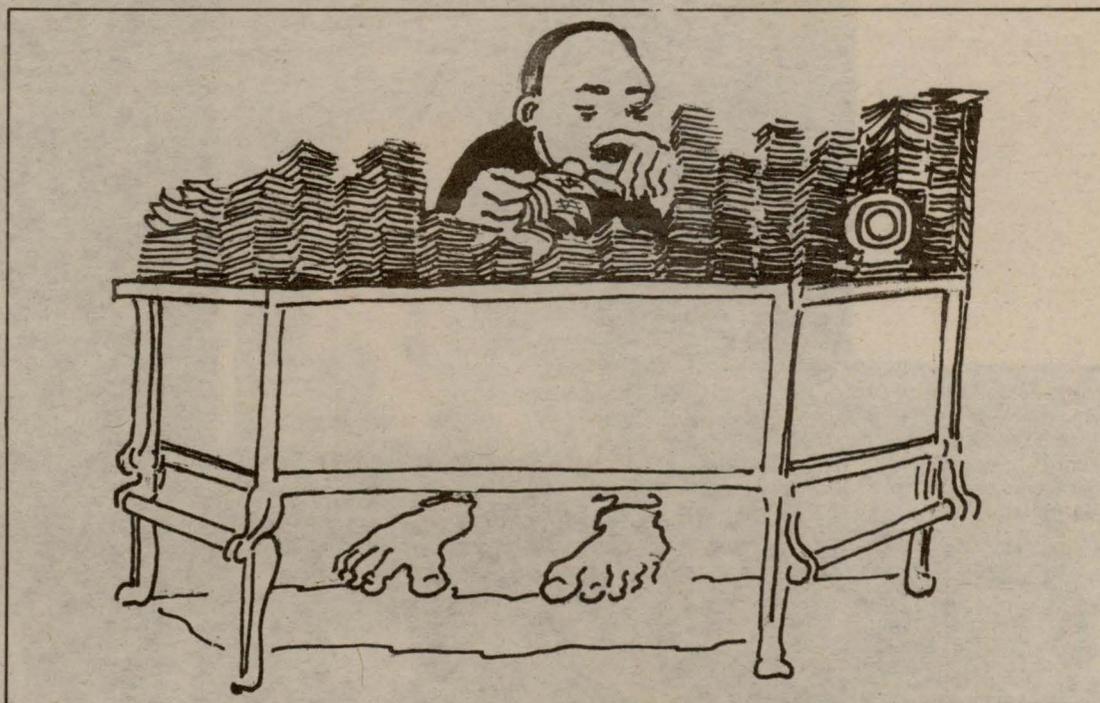
Plano "vaza" e beneficia amiguinhos do presidente

Antes que fosse decretado o feriado bancário que antecedeu a decretação do Plano Collor, detalhes essenciais do plano, como o confisco no sistema financeiro, vazaram, beneficiando alguns "grandes" amigos do presidente e família. Isto hoje está mais que confirmado, e um dos protegidos, segundo informações que circularam após a divulgação do pacote, é precisamente o dono da Rede Globo, Roberto Marinho, que teria livrado um volume considerável de cruzeiros, principalmente através de sua empresa NEC, de telecomunicações.

Outro "grande" favorecido teria sido o grupo Monteiro Aranha, da família da primeira mulher do presidente Collor, Lilibeth, movimentando cerca de 300 milhões de cruzados novos antes do anúncio do plano. E, de qualquer forma, quem confessou que foi diretamente beneficiado no dia 12, antevéspera do feriado bancário, foi Théophico Pereira, diretor de uma empresa paulista de "Marke-

ting e Comunicação". Ele revelou à revista "Isto É Senhor" que recebeu o seguinte telefonema de um amigo influente no dia: "Tire todo o seu dinheiro do banco e guarde debaixo do colchão, não me pergunte por que, mas acredite em mim."

Pereira contou à revista que acreditou na mensagem, entrou em contato com a agência do Citibank em São Paulo, na avenida Paulista, pedindo que todo seu investimento fosse convertido em dinheiro vivo e depositado no cofre de valores do banco. Quando foi buscar o dinheiro, na segunda-feira, após o feriado bancário e a decretação do Plano Collor, defrontou-se com uma grande fila dupla na Paulista. "As histórias dos companheiros de fila eram semelhantes à sua", comenta a revista. "A maioria tinha recebido o mesmo aviso salvador. E, assim como Pereira, estava naquele momento tentando escapar do suposto bloqueio dos cofres. 'Muitos sacaram milhões', diz ele.



'Eu, apenas uma migalha.'

O vice-líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), requereu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os vazamentos de informação no pacote econômico nas vésperas do feriado bancário.

Operários protestam

O Plano Collor detonou a primeira revolta de trabalhadores no país no dia 21 de março, quarta-feira, quando cerca de mil operários de 17 empreiteiras da Aracruz Celulose destruíram parte dos alojamentos e as instalações do Centro Social da indústria no distrito de Riacho, município de Aracruz, no Espírito Santo. Durante o confronto com dezenas de PMs do Batalhão de Choque, comandado pelo truculento capitão Aylton da Silva, o operário Hélio Batista dos Santos, de 22 anos, foi baleado. Alvimar de Souza recebeu um corte na barriga, oito trabalhadores saíram feridos e outros dois foram presos. Devido à revolta a Aracruz Celulose do mundo, suspendeu as obras de expansão que empregam mais de oito mil operários.

Na raiz do conflito estava o atraso do pagamento dos salários dos operários feito semanalmente. Ele deveria ter saído na sexta-feira, 16 de março, mas as empreiteiras foram surpreendidas, como todo o país, pelo feriado bancário e prometeram pagá-los na segunda-feira, o que não ocorreu. Todo o dinheiro que elas tinham estava aplicado no over e foi confiscado pelas medidas draconianas do governo Collor.

Medidas ilegais e anticonstitucionais

A inconstitucionalidade do Plano Collor é flagrante. Isto poderia parecer uma questão meramente formal, e não deixa de ser percebida assim pelas massas, mas é uma das mais evidentes demonstrações de que o atual governo não vacila em recorrer a métodos arbitrários e autoritários para impor suas normas e ostenta uma feição nitidamente fascista. Esta conduta explica a truculência policial, de natureza demagógica, bem como a teatralidade fascista em ações como as prisões arbitrárias e a invasão do jornal "Folha de S. Paulo".

A inconstitucionalidade, aliás, por flagrante, resultou num recuo do governo, que suspendeu duas medidas provisórias (as de número 153 e 156) que previam prisões arbitrárias e alteravam inclusive o Código Penal. Permaneceram, porém várias outras iniciativas de caráter anticonstitucional, sobretudo as que atentam contra direitos dos assalariados, como a subtração da inflação medida entre 16 de fevereiro e 15 de março dos reajustes sobre rendimentos dos trabalhadores.

Particularmente arbitrarias são as medidas contra o funcionalismo público (previstas na Medida Provisória nº 159), onde se proíbe inclusive "referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou ao atos do Poder Público..." (alínea III do Artigo 3º da Medida Provisória 159). Combinado com tal norma, na definição de faltas administrativas puníveis com suspensão por até 90 dias, "acumulada com a destituição do cargo em comissão", no artigo 4º da mesma medida praticamente se proíbe a atividade sindical e política, ferindo um direito elementar de expressão previsto na Constituição, prevendo-se punições para o funcionário que "compelir (sic) outro servidor público a filiar-se à associação profissional ou sindical ou a partidos políticos". Além disto, obriga-se o servidor a "levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência", podendo-se compreender por tal, por exemplo, a atividade sindical ou política no trabalho. Promove-se, por aí, um estímulo ao dedo-durismo e à "caça às bruxas", na tentativa de calar eventuais opositores de Collor, ao mesmo tempo em que se procura criar um tipo de funcionário completamente servil aos interesses do governante, que no caso nada tem a ver com os interesses públicos. São medidas que merecem a enérgica condenação das forças democráticas do país.

PCdoB foi o primeiro a condenar o pacote

O líder do PCdoB na Câmara Federal, Haroldo Lima, foi o primeiro parlamentar a condenar o "pacote Collor" num discurso em nome da bancada que representa, dia 21 de março. "Continuamos a pensar que o Plano Collor, em seu conjunto, é antinacional, abertamente entreguista", acentuou o deputado.

Na concepção do plano, conforme Haroldo Lima, "a dívida externa não é sequer tocada, permanecendo fora do alcance do pacote, como se a brutal sangria financeira de que nosso país é vítima por causa dessa dívida não se constituísse no problema crucial da economia brasileira de hoje. Durante a campanha presidencial, o então candidato Collor dizia que não ia dar calote nos credores estrangeiros enquanto nós, da Frente Brasil Popular, afirmávamos ser necessário suspender o pagamento dessa dívida que já tinha sido paga. Mas o que não esperávamos é que o sr. Fernando Collor de Mello, no governo, preocupado em não passar o calote nos banqueiros estrangeiro, com a maior desenvoltura passasse o calote nos brasileiros de uma maneira geral".

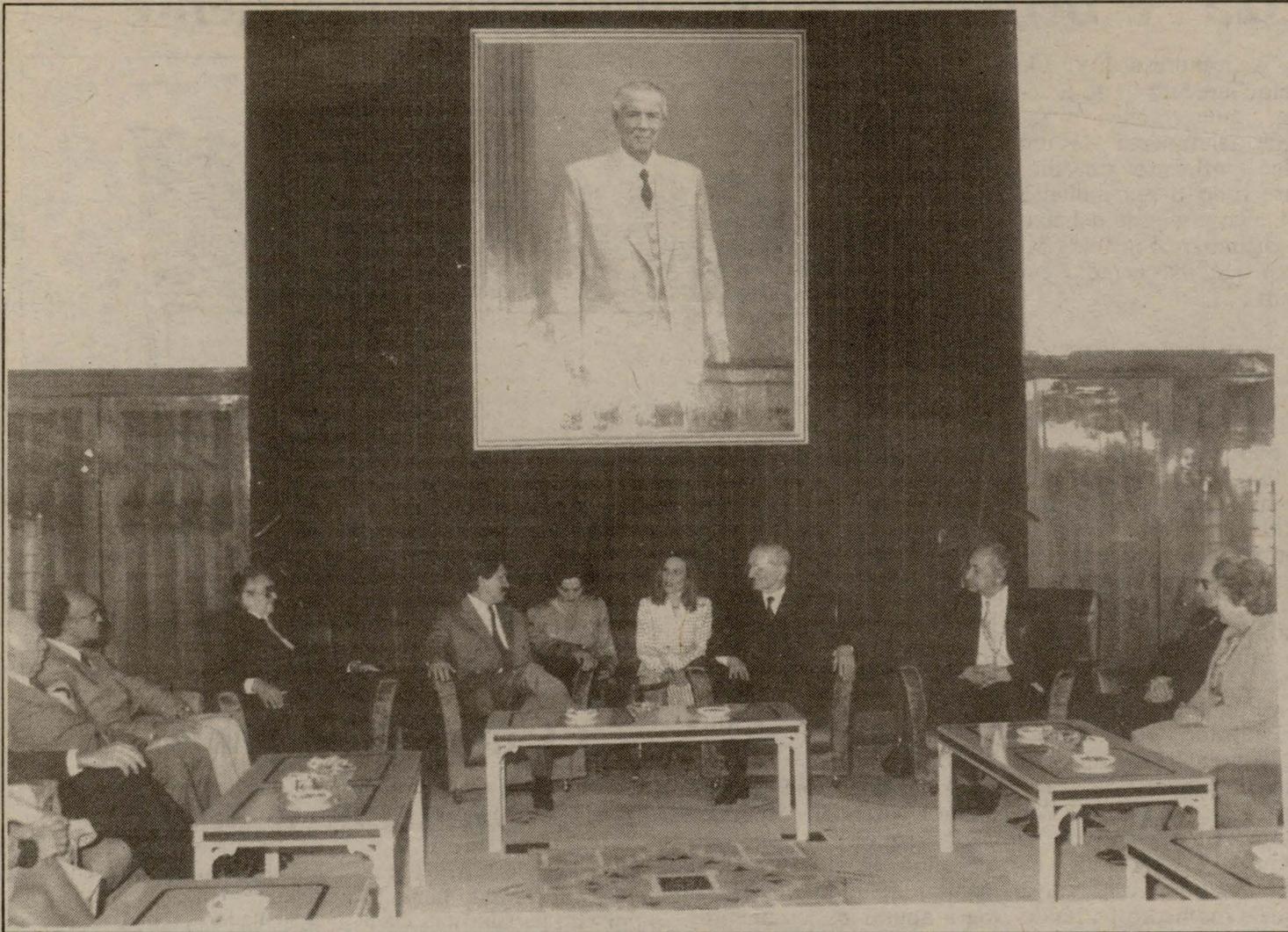
O líder do PCdoB criticou a privatização sem critérios prevista nas medidas adotadas pelo governo e a farsa do presidente expressa na garantia de que está atacando os "grandes" do país. Isto não é verdade, assegura. "Em primeiro lugar porque o pacote protege escandalosamente o capital estrangeiro, que encabeça a fila dos 'grandes' do Brasil e é responsável pela imoral sangria das divisas que nos obriga a pagar os juros escorchantes da dívida externa já paga.

Em segundo, porque, embora penalize, em certa medida, os especuladores, não toca de frente o grande capital."

"Tocar de frente o grande capital", complementa, "não é apenas confiscar parte de sua conta bancária. Seria necessário agir sobre suas grandes fortunas, através de taxas altas." E o deputado salienta que o plano, neste sentido, consagra uma piada. "O projeto estabelece irrisórias alíquotas de impostos, entre 0,1% e 0,7% sobre fortunas de 1 milhão a 10 milhões ou mais de BTN's."

Também no que diz respeito à política salarial, segundo Haroldo Lima, "o plano é danoso aos interesses dos trabalhadores brasileiros". Ao lado disto, prevê a recessão, "que significa o desemprego e o sofrimento para os trabalhadores", sem adotar "nenhuma medida de defesa do trabalho e do trabalhador". Desta forma, "não se reforça o seguro-desemprego nem se desestimula demissões com a edição de medidas rigorosas de garantia ao trabalho, não se amplia o aviso prévio etc. O arrocho salarial é aprofundado, confiscando-se dos salários a inflação de março". O salário mínimo é igualmente penalizado.

Haroldo Lima justificou, em função desses argumentos, a razão pela qual o PCdoB não compareceu à reunião com a ministra Zélia Cardoso para debater medidas do plano. "Pairava sobre a reunião o ponto de vista de que tudo poderia ser conversado mas nada mudado no plano. Então, na reunião, não haveria diálogo, mas monólogo, não seria produtivo e inútil. E decidimos não aceitar o convite da senhora ministra."



Da esquerda para direita: Osvaldo Lima Filho, José Carlos Sabóia, Aldo Arantes e autoridades albanesas

José Carlos Sabóia

“A Albânia construiu um modelo independente, sem dívida externa”

Entrevista a José Reinaldo Carvalho

O deputado federal José Carlos Sabóia, líder do PSB na Câmara dos Deputados, integrou a comitiva de parlamentares que retornou recentemente de uma visita à Albânia. Em entrevista à Classe Operária, ele reflete as impressões que teve do país e comenta: “...na medida em que os parlamentares que foram agora (e os que irão no futuro devido a toda a aceitação e carinho que tiveram com os parlamentares brasileiros) comecem a contar essas histórias aqui, ninguém mais vai falar da Albânia nem em tom de jocosidade, como alguns falam de maneira bem preconceituosa, nem como uma coisa fantasiosa. Nós vamos contar o que vimos.”

Classe — A visita da delegação de parlamentares brasileiros contribuiu para o estreitamento das relações entre os dois povos e países?

José Carlos Sabóia — O povo brasileiro e o albanês deveriam estreitar suas relações, expor cada um deles um ao outro a sua identidade em termos culturais, em termos da sua própria história. Pelo tratamento que recebemos do povo albanês, pela simpatia, pela maneira afetuosa e carinhosa com que fomos tratados, tanto pelo povo quanto pelo governo albanês, acho que a melhor maneira que os povos têm de evitar conflitos e preconceitos que levam ao distanciamento político, é a aproximação, o intercâmbio de idéias, o respeito mútuo aos valores, às diferenças e também a troca comercial.

Classe — Pelo que o sr. observou, qual a característica marcante do povo albanês?

José Carlos Sabóia — Durante nossa visita, ficou muito claro que o povo albanês é um povo que luta heroicamente em busca de uma identidade, é uma nação que sempre foi uma passagem estratégica de domínio naquela região da Europa, nos Balcãs. Os albaneses sempre foram humilhados, espezinhados pela dominação de outras nações, principalmente o domínio otomano que durou cinco séculos. Uma coisa muito bonita que eu senti no povo albanês é que ele foi capaz de dizer um não às diversas formas de imperialismo, das mais nefastas, a ocupação territorial, o extermínio étnico, a tentativa de impedir a formação de uma nação, até ao modelo econô-

mico imperialista. Hoje se percebe a postulação de um modelo econômico autônomo, independente. Tudo isso, na medida em que os parlamentares que foram agora (e os que irão no futuro devido a toda a aceitação e carinho que tiveram com os parlamentares brasileiros) comecem a contar essas histórias aqui, ninguém mais vai falar da Albânia nem em tom de jocosidade, como alguns falam de maneira bem preconceituosa, nem como uma coisa fantasiosa. Nós vamos contar o que vimos. Isso é fundamental para a construção da paz e para a relação respeitosa entre os países e povos.

Classe — Então, como o sr. vê o preconceito nem fantasia, o que os srs. viram na Albânia?

José Carlos Sabóia — Vou fazer uma

descrição rápida do que eu percebi, correndo o risco de cair numa visão um pouco estereotipada porque foi uma visita superficial em termos de contatos. Nós éramos hóspedes oficiais, o que é uma limitação, eu não estava lá como investigador, nem visitei todas as instituições. Assim, eu tive um determinado nível de percepção. Se compararmos com as nossas condições de recursos naturais, o povo albanês é um povo, uma sociedade, um território pobre. É como se você pegasse o estado brasileiro mais pobre e, comparando, a Albânia teria mais dificuldades de explorar suas riquezas. Não que ela fosse mais pobre porque eles têm riquezas minerais, mas em termos das condições físicas é uma coisa quase impossível a exploração dessas riquezas. Mais de 70% do território constitui-se de montanhas. No entanto, o que constatamos? Para minha surpresa, é um povo que conseguiu construir seu modelo de desenvolvimento próprio. Quem tem a preocupação de analisar sob a ótica ocidental, capitalista, vai achar que é um modelo atrasado, acanhado. Pode até ser, mas eles construíram o modelo deles e com independência, sem endividamento. E construíram de uma forma tal que todos os problemas básicos gerados pelas desigualdades das sociedades ocidentais, na acumulação e na distribuição das riquezas, foram resolvidos. Claro que fizeram isso dentro das limitações de um território pobre e se comparado às sociedades mais ricas. Por exemplo, a questão da saúde na Albânia não é problema mais para ninguém. A gente percebe claramente que é um povo bem alimentado, bem vestido. Você não vê luxo. As crianças são uma coisa fantástica na Albânia. O rosto das crianças! Milhares de crianças andando nos povoados, na beira das estradas muito bem vestidas e alimentadas. Todas voltando das escolas. Eu não vi um maltrapilho na Albânia, não vi uma criança sem a proteção para o frio. Constatei que os albaneses se alimentam bem demais.

Classe — E quanto ao desenvolvimento econômico?

José Carlos Sabóia — Notei que no regime socialista não existe o problema do desemprego. E há uma questão básica, que é uma surpresa para nós no Brasil: um território tão hostil e apesar disso o povo foi capaz de ter uma alternativa de desenvolvimento, para defender os seus interesses nacionais. É uma população pequena, de pouco mais de 3 milhões de habitantes, muito bem distribuídos territorialmente. Não existem aglomerados urbanos sem que estejam dentro de uma previsão de planejamento nacional, dos interesses econômicos da nação. A capital, Tirana, por exemplo, tem cerca de 300 mil habitantes. Em toda a Albânia há cidades, vilas e povoados com uma população bem distribuída. Por outro lado, observei algo que seria impossível de se colocar para nós, um país tão rico, com tantas potencialidades, mas que tem uma agricultura que varia do primitivo à atividade predatória. Lá não: você vê num país em que mais de 70% do território é formado por montanhas, terras em princípio sem condições de serem agricultáveis, foram transformadas, numa proporção de 80% dessas terras montanhosas, em terras agricultáveis. O Osvaldo Lima Filho que já foi ministro da Agricultura observou que a experiência de terraceamento de montanhas realizado na Albânia ele só viu no Japão. É realmente inacreditável. É bonito, emocionante ver isso. A Albânia exporta produtos agrícolas e industriais. Ela tem uma indústria mineral, uma siderúrgica, o que num processo de desenvolvimento já é meio caminho andado. O país tem ainda

uma indústria petroquímica, uma indústria petrolífera, inclusive exporta petróleo.

Classe — Dentro desse esforço construtivo, que problemas o sr. constatou?

José Carlos Sabóia — Depois de todo esse esforço heróico, é claro que existem impasses. A tecnologia, por exemplo, está ultrapassada, começa a ficar muito ultrapassada. Isto vai criar problemas econômicos sérios para o próprio modelo de desenvolvimento, devido ao problema de como produzir se os vizinhos o farão a um preço mais baixo? E isto eles vão ter que enfrentar. Achei interessante, a nível da intervenção do Estado, a inteligência dos técnicos, dos assessores, dos ministros, do próprio presidente, com os quais conversamos muito. Notei uma inquietação muito profunda da parte deles com relação a esses problemas. Eles não me disseram isso, mas eu deduzo que eles possam ter chegado ao limite de uma etapa dentro de um processo econômico, eu diria, ao limite de um tempo histórico. Um país subdesenvolvido, um pequeno país subdesenvolvido sem grandes potenciais, com uma população muito pequena, que foi capaz de chegar a um limite. Hoje eles vão ter de repensar para onde caminhar.

Classe — Para onde e como?

José Carlos Sabóia — Uma coisa que me impressionou muito foram as colocações do presidente da República, Ramiz Alia, com quem conversamos. Ele dizia o seguinte: nós rompemos com a União Soviética há 30 anos porque os soviéticos tinham uma visão imperialista em relação a nós, queriam simplesmente ocupar nosso território. Naquele momento nós não aceitamos isso, como não aceitamos agora. Ele dizia também que uma experiência como a albanesa só foi possível porque existia uma experiência de socialismo na União Soviética. Claro que ele estava se referindo à questão estratégica, à divisão militar do mundo na época. Hoje, prosseguiu ele, as coisas estão mudando, e isso os obriga a repensar todas essas questões, tanto a questão econômica como a estratégica, dos blocos de poder. Em termos econômicos, eu queria chamar a atenção para um aspecto: uma coisa que ficou bem clara em termos da tão alardeada crise do socialismo é que os albaneses estão tendo uma experiência muito criativa no que diz respeito ao socialismo, que é a demo-



Ramiz Alia, um político com a percepção dos problemas da Europa, das contradições do socialismo, afinado com seu tempo

cratização da gerência, de como se dá o processo democrático na gerência do Estado, no controle do Estado sobre o processo produtivo, na organização da produção. Eles estão colocando isso como um avanço muito grande.

Classe — Seria uma tentativa de combinar a planificação centralizada com a democratização na gerência das unidades econômicas?

José Carlos Sabóia — A planificação não é mais rígida ao ponto, por exemplo, de determinar tudo o que uma unidade econômica deve produzir e os métodos para fazê-lo. Passa a haver flexibilidade de acordo com cada unidade, a decisão política da produção não diz mais respeito somente ao comitê central que determina os objetivos econômicos. Ela passa a ter uma flexibilidade ao ponto da unidade gerencial e política local ser responsável pelo desenvolvimento, pelo aumento ou recuo da produção. Isso é uma coisa importante, só que eles disseram que isso em termos da produção agrícola está resultando num avanço muito grande e que em termos da indústria o ranço burocrático dificulta mais a dinâmica desse processo.

Classe — O que o sr. observou em termos culturais?

José Carlos Sabóia — Pelo tempo que passamos lá, não tenho elementos para falar sobre isso, mas só como constatação, senti muito uma preocupação com o registro arqueológico. Em cada cidade tem um museu arqueológico, um museu histórico. Há uma preocupação muito grande com a preservação da memória nacional, da identidade, que é uma coisa muito sensível. A percepção da história da Albânia passa muito pela história da identidade cultural, das conquistas da civilização naquela parte do mundo. Há muitos museus também que registram as conquistas revolucionárias.

Classe — O sr. notou algum sinal de inquietação social na Albânia?

José Carlos Sabóia — Eu não senti absolutamente nada do que a imprensa noticiou a respeito da ocorrência de manifestações na Albânia relacionadas com a queda dos regimes socialistas do Leste

Europeu. Eu quando fui estava até um pouco temeroso disso. Eu senti um povo tranqüilo, não senti presença de repressão policial. É uma coisa até estranha para o que a direita apregoa sobre o socialismo, na propaganda anticomunista e anti-socialista, mas nós nunca pedimos para sair nas ruas, para conversar com a população na hora que nós queríamos. Nós éramos hóspedes oficiais e as autoridades nunca nos impuseram nenhuma limitação. Nunca sentimos nenhuma contrariedade nesse nível. O que eu senti é que há uma grande tensão nas relações com a Iugoslávia, o que se reflete inclusive no noticiário da imprensa e da televisão albanesa. Essa tensão se deve ao fato de que há 2 milhões de albaneses vivendo na Iugoslávia, na fronteira com a Albânia (Kosovo). Os conflitos existem entre essa população e o governo iugoslavo. Agora, nós percorremos quase toda a Albânia e eu não senti tensões. Com isso eu não estou tendo uma visão ingênua dos problemas políticos que o regime com um tipo de modelo de socialismo tenha tido até hoje e da própria necessidade de promover transformações a nível da participação democrática e até no processo produtivo. Eu não estou negando isso, não estou dizendo que isso não exista, estou dizendo que para nós da comitiva, como membros oficiais, seria extremamente presunçoso não saber qual o papel da comitiva e questionar sobre isso, fazer questionamentos sobre liberdade e democracia junto ao governo albanês.

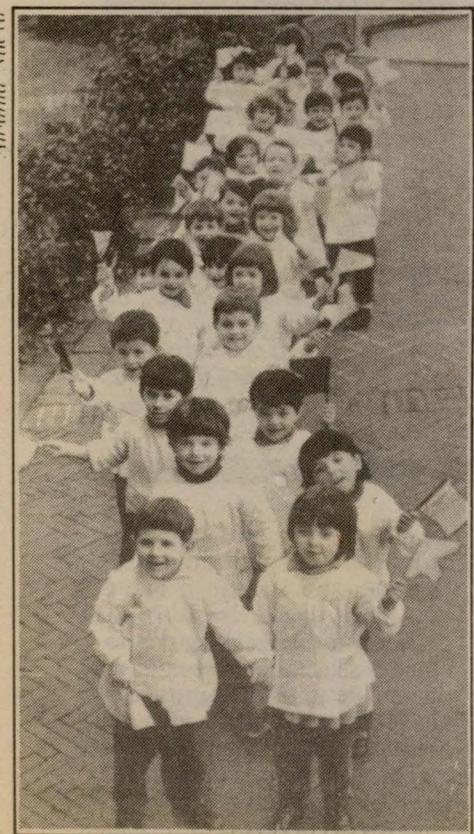
Classe — O Srs. foram recebidos oficialmente pelo presidente da República, Ramiz Alia. Que papel ele está desempenhando na Albânia hoje?

José Carlos Sabóia — Ele me pareceu uma pessoa muito lúcida com relação aos possíveis impasses que tem o modelo econômico de um país pobre, pequeno, que chegou ao limite e que é socialista. Quando se apregoa a crise do socialismo eles estão percebendo tudo isso, o que mostra altivez. Achei que o presidente Ramiz Alia tem uma percepção muito clara do momento da Europa, do socialismo, das contradições do socialismo. É

um político que tem a percepção do seu tempo.

Classe — Que análise o sr. faz do modelo político albanês no contexto da chamada crise do socialismo?

José Carlos Sabóia — Eu gostaria de ter discutido mais sobre isso com os intelectuais com quem convivemos lá durante esses dias, alguns deles intelectuais e técnicos brilhantes, e também com os membros do governo e do partido. A avaliação que eu faço é baseada mais na história da própria Albânia enquanto formação histórica e social, econômica e política, supondo que as contradições existentes na formação do Estado ali foram pequenas frente a situações mais complexas. Eles chegaram a nos dizer em algumas circunstâncias que praticamente inexistia a burguesia quando da revolução. Existia um povo muito pobre antes da revolução e os senhores, uma espécie de condomínio de latifundiários com mentalidade semifeudal. Eu acho que a complexidade sociológica, em termos de classes sociais, devia ser muito pequena. O Estado socialista, a proposta da revolução socialista se dá nesse contexto, redimindo um povo de uma miséria absoluta para o momento que vimos hoje lá. Eu corro o risco de errar nessa minha observação, precisaria conversar mais com os historiadores da região e da própria Europa, mas a sensação que tive é que os problemas que são colocados para determinadas sociedades socialistas e Estados socialistas não são colocados necessariamente para outros. Um sociedades socialistas têm mais complexidade que outras. A impressão que tenho é que Albânia de antes da revolução era uma sociedade camponesa, sem desenvolvimento burguês, capitalista. Os problemas novos surgiram num contexto socialista. O que se coloca para os países do Leste europeu não se coloca necessariamente na Albânia. O momento dos albaneses é outro. Eles vão ter que lidar com a crise do socialismo com liberdade sem serem encobertos na parede, como os países do Leste foram. Eu diria que os albaneses vão ter mais tempo político.



Um espetáculo de causar emoção

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

“A Albânia conseguiu um sucesso”

Adirp

Os deputados Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) e Florestan Fernandes (PT-SP), também integrantes da delegação que visitou a Albânia, relataram à Classe suas impressões sobre esse país socialista.

Classe — O que representa a visita de uma delegação oficial do Congresso Nacional brasileiro para as relações entre o Brasil e a Albânia?

Osvaldo Lima Filho — Nas diversas visitas que fizemos na Albânia, sobretudo no contato que tivemos com o ministro das Relações Exteriores, com o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento albanês, com setores do governo, da universidade, chegamos à convicção de que há um largo caminho para a aproximação entre o povo albanês e o povo brasileiro. Nós temos interesses comuns. O primeiro deles é na preservação da paz, no respeito à autodeterminação dos povos, na abertura do comércio fora do protecionismo e dos grandes grupos econômicos. Tudo isso indica a necessidade de fortalecer as relações culturais, econômicas, políticas entre o Brasil e a Albânia que estão inteiramente descuidadas. Nós podíamos ter um nível de comércio muito maior com aquele país.

Classe — Como os albaneses os receberam?

Osvaldo Lima Filho — Foram relações de caráter oficial. Demoramos poucos dias, não conhecemos a língua albanesa e ficamos adstritos a uma programação oficial, que foi muito cordial, muito amiga, muito atenciosa.

Classe — Quais as suas impressões sobre a Albânia?

Osvaldo Lima Filho — Numa viagem curta é muito difícil fazer um julgamento sobre a situação econômica, social, política de um povo. Isto exigiria uma permanência mais longa e sobretudo que conhecêssemos a língua albanesa para um contato direto com o povo. Mas o que se pode apreender do que vimos é que a Albânia foi até a revolução de libertação nacional de 1944 uma das nações mais atrasadas do Globo. Basta lembrar que até aquela época a Albânia não possuía estradas de ferro. Ora, se nós lembrarmos que o Brasil, em 1870, já tinha diversos ramais de estradas de ferro em funcionamento, pode-se imaginar o que isso representa de atraso. O governo albanês conseguiu desde 1944 um bom sistema de estradas de ferro, um bom sistema de rodovias pavimentadas, uma agricultura de planície irrigada de excelente nível e conseguiu uma obra realmente impressionante de terraceamento das montanhas. A Albânia, segundo nos foi informado, e pudemos ver, tem mais de 70% do seu território montanhoso. Uma velha tradição camponesa lá era a

prática de terraços. O governo, através de diversas formas de trabalho coletivo, conseguiu estender esse terraceamento praticamente a 80% da área montanhosa e plantar essa área com oliveiras. Foi um grande sucesso! É evidente, porém, e isso eu não posso deixar de registrar, como um político afeiçoado ao processo pluripartidário, que a Albânia vive sob regime de partido único, o que no meu entender é uma forma restritiva do processo democrático. Pude verificar também alguns sucessos no sistema de eletrificação. Toda a Albânia está eletrificada, tem um sistema de represas hidrelétricas admirável. Tanto quanto pudemos observar, o povo está bem alimentado e razoavelmente vestido, não há miséria, como se observa em diversos países da América Latina, não há mendicância e fomos informados de que o analfabetismo, que em épocas passadas era de 80% da população, hoje praticamente não existe. Eu queria ainda registrar que não me agradou, como católico apostólico romano que sou, a falta de liberdade de culto. Eu até externei aos meus anfitriões a minha estranheza.

Classe — A Albânia é um Estado ateu, mas isso não significa que lá exista perseguição religiosa. Como eles receberam a crítica?

Osvaldo Lima Filho — Disseram-me que era uma decorrência do processo revolucionário, que as estruturas hierárquicas da Igreja da Albânia eram comprometidas com as velhas forças feudais, o que tornou a coexistência impossível.

Classe — O que mais o marcou na visita?

Osvaldo Lima Filho — Para mim um aspecto marcante é que a Albânia tem dentro do regime estritamente comunista marxista-leninista um sentido altamente nacionalista. Eles têm um culto fervoroso pela pátria, pelas suas tradições nacionais, pelos seus heróis nacionais. Isto chega ao ponto de eles rejeitarem qualquer ajuda que represente intervenção estrangeira no país.

Classe — É uma recusa no sentido autárquico, ao ponto de não fazerem comércio externo?

Osvaldo Lima Filho — Não. O país é pequeno, tem limitações em matéria de recursos naturais e eles fazem muito comércio exterior, principalmente exportando certos minérios importantes, como o cromo, o cobre e o níquel.



Osvaldo Lima Filho ficou admirado com a transformação das montanhas em terras férteis

Classe — O sr. já se referiu a um aspecto da agricultura albanesa. Mas como homem que estuda as questões agrárias no Brasil, o que poderia detalhar mais sobre o assunto?

Osvaldo Lima Filho — Na Albânia não há propriedade privada, nem mesmo a pequena propriedade. Tanto quanto pudemos olhar o regime é todo ele de propriedades coletivas e de cooperativas de bom nível técnico, boa produtividade e embora não tivéssemos oportunidade de entrar nas casas dos camponeses, à distância nos pareceram razoáveis, pelo menos melhores do que no nosso campo.

Classe — No começo do ano a imprensa noticiou a ocorrência de distúrbios na Albânia, acompanhados de violenta repressão governamental. O sr. notou algum sinal disso?

Osvaldo Lima Filho — Não. De forma nenhuma. A nossa delegação pôde trafegar, andar centenas de quilômetros, visitar diversas cidades, à beira-mar, no interior e por toda a parte havia um clima de tranquilidade completa. Eu queria dizer que a visita foi altamente agradável, não só pela extrema cordialidade e cortesia que nos foram dispensadas pelo governo albanês, pelas autoridades albanesas, como pelo prazer de ter viajado na companhia dos deputados Florestan Fernandes, José Carlos Sabóia, Aldo Arantes e Eduardo Bomfim.

Classe — Que aspecto do Brasil desperta a curiosidade dos albaneses?

Osvaldo Lima Filho — Sobre tudo o futebol, há um culto ao futebol brasileiro. O povo albanês gosta muito de fute-

A afirmação da identidade

O deputado federal Florestan Fernandes (PT-SP) considera que o Brasil deve estabelecer relações plenas com a Albânia em termos de reciprocidade. Florestan constatou na Albânia “a busca e afirmação permanente de sua identidade nacional, quanto à civilização e à política. Dadas suas origens remotas - as raízes que procedem do povo ilírio - e os sucessivos confrontos com os gregos, os romanos, os otomanos, e, mais recentemente, com alemães nazistas, italianos fascistas e sérvios iugoslavos, a questão da identidade apresenta-se como uma chave interpretativa essencial. Ela compeliu e continua a impulsionar os albaneses para atitudes e comportamentos coletivos que oscilam da compreensão da assimilação étnica e cultural ao repúdio incisivo de tudo que pareça ameaçar sua existência, autonomia e sobrevivência”. Sobre a experiência albanesa de revolução e construção do socialismo, o deputado Florestan Fernandes afirmou que “os duros embates com o nazismo e com as condições materiais de superação do subdesenvolvimento conduzi-

ram o país à órbita revolucionária e socialista da guerra de emancipação nacional”. “Para a Albânia”, prossegue Florestan, “o marxismo-leninismo se equacionou, ao mesmo tempo, como o fundamento axiológico (isto é, um sistema de valores intocável) e um conjunto de princípios e de técnicas de construção do socialismo. Ele correspondia aos dois objetivos centrais indicados e foi incorporado ao ‘etos’ da tradição cultural viva”. “Assim se explica”, conclui o deputado Florestan Fernandes, “o ardor com que os albaneses se lançaram às exigências da implantação do socialismo, apesar dos poucos recursos de que dispunham para resolver as contradições das primeiras etapas do período de transição. Os resultados positivos mais visíveis aparecem no crescimento e na diferenciação da produção, na organização do poder popular, em um diferencial restrito na distribuição de renda (o maior salário corresponde ao dobro do salário menor), na criação de acesso gratuito aos serviços sociais essenciais etc”.

bol, que é muito praticado e sempre que estávamos em alguma reunião popular, havia perguntas sobre os nossos jogadores, sobre a Copa etc.

Classe — E sobre a vida cultural na Albânia?

Osvaldo Lima Filho — Nós visitamos alguns locais muito importantes, a Academia de Ciências, por exemplo, e veri-

ficamos lá uma prática que os japoneses já realizaram no passado com sucesso e que é uma pena que o Brasil só escassamente utilize: o governo albanês seleciona os seus estudantes de melhor aproveitamento e manda fazer nos países. Eles, então, preparam quadros muito bons.

A Alemanha caminha para a direita

Carlos Pompe

A direita venceu as eleições na Alemanha Oriental no dia 18. Pouco depois, a direita obteve nova vitória nas eleições da Hungria. Ao mesmo tempo, nacionalistas sérvios causavam o envenenamento do ar em uma escola para crianças albanesas em Kosovo (Iugoslávia) e, na Transilvânia, sete pessoas morriam, todas a pauladas, em conflito entre húngaros e romenos — a Transilvânia fica em território romeno, e os húngaros, que são maioria, queriam o direito de falar o idioma materno e ter escolas em separado.

A crise do Leste europeu continua — como continuam os conflitos étnicos também na União Soviética, que desencadeou a ocupação militar na Lituânia. A imprensa burguesa aproveita para enlamear o socialismo. Responsabilizar a causa do proletariado — a sociedade comunista — pelo descalabro vigente na região. O capitalismo é apresentado como a grande saída — e as vitórias da direita apontam para o fato de que essa propaganda acabou por envenenar a mente das massas.

O caso alemão é exemplar. Os partidos abertamente financiados por Helmut Kohl e a Alemanha Ocidental abocanharam 48,14% dos votos. Os revisionistas trocaram o nome de seu partido, até então no poder, para escapar ao naufrágio. Não deu certo.

A direitista "Aliança pela Alemanha" saiu vencedora. Integrada pelos partidos União Democrática Cristã, União Social Alemã e Despertar Democrata, ficou com 193 deputados no parlamento. Seu material de campanha era impresso na Alemanha Federal. Com isso Helmut Kohl conseguiu apoio de massas entre os alemães orientais para sua proposta de reunificar as Alemanhas até 1991. Para seduzir os eleitores, Kohl acenou inclusive com a conversão do marco na taxa de 1 para 1 para as poupanças dos alemães orientais — a moeda oriental é bem mais desvalorizada que a ocidental.

Mas não se pense que isso é sinal de que a Alemanha Oriental deixará de ser socialista para, agora, cair nos braços do capitalismo. Não. A Alemanha Oriental já era capitalista há muito tempo. Escamoteava isso com uma fachada socialista — um partido que se dizia leninista no poder, a aliança incondicional à União Soviética (também tida como socialista), a propriedade estatal dos meios de produção...

Para se ter uma idéia do "socialismo" praticado pelo Partido Socialista Unificado da Alemanha — que depois de defenestrar seu líder Erich Honecker mudou de nome para Partido do Socialismo Democrático —, basta saber que, apenas no ano passado, a Alemanha Oriental pagou 3 bilhões de dólares em juros e amortizações de sua dívida ex-

terna. A informação vazou com a revelação de um documento secreto do governo que afirma, sem pudor, que a Alemanha Oriental é "em grande parte dependente de fontes de crédito capitalistas" e que a dívida externa absorve até metade das exportações do país para o mundo ocidental. Belo socialismo esse, dependente dos créditos da burguesia...

Fechando a torneira

Na Alemanha, antes das eleições, Kohl garantia aos orientais que fossem para o lado ocidental casa e comida até que encontrassem emprego e moradia. Mal foram abertas as urnas, e o chefe do governo ocidental mudou essa determinação. Agora os orientais serão tratados como os ocidentais quando mudam de uma cidade para outra — ou seja, disputarão emprego e procurarão casa sem contar com garantia alguma.

Espertamente Kohl anunciou o fim desses privilégios apenas a partir de 1º de julho. É que até lá ocorrerão novas eleições, desta vez municipais. Estão marcadas para maio, e a direita não está disposta a perdê-las.

Atenção! Atenção!

"Atenção, dêem atenção! Um homem se afoga. Ouvimos grito de socorro. Uma mulher acena pedindo ajuda. Detenham os carros, parem o trânsito.



Kohl foi caracterizado como Hitler por alguns alemães orientais, mas seu grupo venceu as eleições

Por toda parte há homens que se afogam e ninguém olha para eles! Vocês não sabem ver? Alto lá, são seus irmãos, homens como nós!"

Estes versos, de Bertolt Brecht, foram escritos quando os alemães estavam envolvidos pelo nazismo. Inebriados pelas pregações de Hitler, soldados alemães invadiram a Polônia, a França, a Hungria, a Tchecoslováquia, a União Soviética. No total, mais de 40 milhões de pessoas morreram na II Guerra. Os soviéticos, à época construindo exitosamente o socialismo, perderam mais de 20 milhões de vidas. Em solo alemão, os antifascistas e os judeus eram sacrificados em campos de concentração. Calcula-se mais de 5 milhões de judeus e dezenas de milhares de democratas alemães mortos pelos nazistas.

Dentre os mortos, lideranças provadas do Partido Comunista Alemão como Ernst Thälmann, Anton Saefkow e Theodor Neubauer. Após a capitulação alemã aos aliados, em 8 de maio de 1945, a Alemanha foi dividida em quatro zonas de ocupação, administradas separadamente pela URSS, Estados Unidos, Grã-Bretanha e França. Na área sob domínio soviético, rapidamente os partidos políticos se reorganizam. Os partidos Comunista e Social-Democrata, que desde a resistência antifascista atuavam juntos, acabam por se unificar em abril de 1946, formando o Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA). A presidência é dividida entre Wilhelm Pieck (socialdemocrata) e Otto Grotewohl (comunista).

O desenrolar da história alemã acaba por sacramentar a

divisão do país. EUA, Grã-Bretanha e França unem-se e criam, com as áreas que dominavam, a República Federal Alemã, em setembro de 1949. No mês seguinte, o lado oriental, sob controle soviético, cria a República Democrática Alemã, com Pieck como presidente do Estado e Grotewohl como 1º ministro.

No processo de unificação dos partidos socialdemocrata e comunista não houve um trabalho de revolucionarização do novo partido, que levasse seus militantes à assimilação da ciência social mais avançada — o marxismo-leninismo. Com Pieck, vieram os 680 mil socialdemocratas de sua organização. Com Grotewohl, vieram os 620 mil comunistas.

O governo de democracia popular então formado não refletia a tomada do poder do povo em armas. Pelo contrário, era um governo formado por forças políticas que até pouco tempo atrás estavam nos campos de concentração ou no exílio. Um governo formado com a participação fundamental e decisiva do Exército Soviético, que no processo de vitórias sobre as hordas nazistas acabou por ocupar a Alemanha.

Golpe revisionista

Para agravar o quadro, nos anos 50 a União Soviética passa por mudanças brutais na orientação política. Após a morte de Stálin, Nikita Krushchev e um grupo direitista que se formou dentro do PCUS tomam de assalto o poder no partido e no Estado. Num tempo relativamente curto — e de maneira até hoje suspeita — morrem algumas das princi-

pais lideranças comunistas da época: Stálin da URSS, Bierut da Polônia, Dmítroç da Bulgária... Grotewohl, da Alemanha. Todos morrem em Moscou "de doenças curáveis", como afirma o líder da revolução albanesa, Enver Hoxha.

As mudanças de orientação na URSS, que acabam por restaurar o capitalismo, são seguidas cegamente por países do Leste Europeu como Polônia, Hungria e Alemanha. Neste último país, Pieck fica no poder até pouco antes de sua morte, em setembro de 1960. Assina embaixo de todas as calúnias que Krushchev lança sobre Stálin e o antigo caminho socialista seguido pelo PCUS. É substituído por Ulbricht, que por sua vez é sucedido por Honecker — que ficou no poder até o ano passado.

Seus governos não adotam uma orientação socialista, apesar da fachada com que encobriam a ditadura do PSUA sobre o país. No final do ano passado Honecker foi deposto. Suas atrocidades são denunciadas publicamente. O governo da Alemanha Ocidental aproveita-se do momento para atrair para sua influência as massas do lado oriental. Todo esse processo, quer Helmut Kohl, deve culminar na reunificação das Alemanhas, com hegemonia ocidental, até 1991. E essa a história que está sendo vivida na atualidade. A Alemanha apresenta enorme poderio econômico. E já começa a assustar a Europa — afinal, muitas das feridas causadas pela II Guerra Mundial ainda não cicatrizaram. E as classes dominantes alemãs re-vanchistas, ainda não desistiram do delírio hitlerista do III Reich.

Truculências soviéticas

PCdoB condena invasão

O Partido Comunista do Brasil divulgou para a imprensa a seguinte nota repudiando a invasão da Lituânia pelas forças armadas soviéticas:

Tanques e carros de combate soviéticos, carregando dois mil soldados, ocuparam Vilna, capital da Lituânia, no último dia 24. As forças militares patrulham as ruas desarmando a população, ocupam prédios públicos e instalações industriais. Seus helicópteros sobrevoam a cidade insuflando a população contra o governo lituano.

Eis aí, na prática, o que resultou do falso humanismo do Sr. Gorbachev. Como Brejnev havia feito na Tchecoslováquia em 1968 e Krushev na Hungria em 56, os novos czares instalados no Kremlin não vacilam em usar a força bruta contra os povos que recusam a tutela da URSS. Aliás, recentemente, a perestroika gorbacheviana já havia revelado a sua verdadeira face derramando sangue dos nacionalistas no Arzeibadjão.

A verdade é que a política burguesa de Gorbachev não pode conter o ressurgimento

dos conflitos entre as nações. Seu pacifismo demagógico desmascara-se quando se trata de defender os interesses e a área de influência do Império Russo. A União Soviética Socialista transforma-se numa grande desunião capitalista.

O PCdoB, que desde o primeiro momento denunciou a traição dos revisionistas soviéticos, que condenou energicamente as ações militares russas na Tchecoslováquia, no Afeganistão e tantas outras, repudia mais uma vez a prática imperialista da URSS.

O verdadeiro socialismo não comporta agressões aos povos nem imposições de qualquer natureza de um país sobre outros. A solução dos problemas nacionais não será encontrada na boca dos canhões e sim na retomada do caminho revolucionário e na construção do autêntico socialismo.

Abaixo o imperialismo soviético!

Respeito à autodeterminação dos povos

27 de Março de 1990
Comitê Central do
Partido Comunista do Brasil
(PCdoB)

Uma atmosfera de cinismo e hipocrisia vem encobrindo a agressão da URSS de Gorbachev à rebelde Lituânia, que proclamou sua independência em relação a Moscou dia 11 de março.

Vilna, a capital do novo país, virou palco de grotescos desfiles de tanques e carros de combate soviéticos. Os militares, cerca de 2 mil que por ordem de Gorbachev invadiram a república báltica seis dias após a secessão, ocuparam a sede do partido revisionista, colocando-o sob o controle de serviços do império russo; tomaram de assalto três hospitais para seqüestrar 26 jovens lituanos que se negam a continuar servindo o exército soviético; confiscaram armas em poder de populares e estão promovendo todo tipo de atos e chantagens contra o governo do país, submetendo-o e a seu povo a indescritíveis humilhações.

Mas o badalado e habilidoso líder soviético porta-se como se nada de extraordinário estivesse ocorrendo. Gorbachev, é bom lembrar, já havia prometido não recorrer a tanques para frustrar o direito de autodeterminação do povo lituano (por sinal, reconhecido pela Constituição soviética), mas agora o homem extrapolou: em conversa com o senador norte-americano Edward Kennedy, dia 26, enquanto seus militares violentavam Vilna, ele garantiu, com a cara

limpa e afiado senso de humor, que só usará a força contra a nação báltica "se houver ameaça à vida".

O comportamento do governo norte-americano tem se mantido coerente, não propriamente com a retórica liberal abundantemente gasta nas últimas décadas (os EUA, reconhecidamente, foram os que mais se opuseram à incorporação das repúblicas bálticas à URSS durante a 2ª Guerra, a ponto de não reconhecê-las como integrantes da União Soviética), mas certamente com os acordos secretamente negociados entre Gorbachev e Bush. Este último anda meio constrangido, é certo, mas não se atreve a ensaiar nenhum gesto de apoio ao governo lituano.

Registraram-se no parlamento dos EUA pressões no sentido do reconhecimento da república báltica, inclusive tramitou pelo Senado uma moção condenando a conduta do governo soviético, que não foi aprovada graças a Bush. Da mesma forma, as demais democracias do Ocidente parecem desconhecer o conflito, suas lideranças estão prudentemente caladas, à exceção do chanceler sueco, Sten Andersson, que apoio a invasão e considerou o procedimento do Kremlin na Lituânia até "mais responsável" que a dos Estados Unidos sobre o Panamá. Deve ser em razão do humanismo de Gorbachev.

A objetividade dos comentaristas e correspondentes internacionais da grande imprensa tem sido igualmente impecável, regra geral de uma imparcialidade chocante. O judicioso Claio Blinder, da "Folha de S. Paulo", sabiamente descobriu que a truculência soviética na Lituânia deve ser atribuída aos nacionalistas. E é do alto de sua sapiência que setencia com invejável segurança: "Sob a batuta do presidente-músico Vytautas Landsbergis, os lituanos optaram pelo curso do romantismo e precipitação. A tática do Sajudis, o movimento pró-independência, foi de confrontação e arrogância" (edição do dia 28/3, página A-10). Não lhe caberia, com toda justiça, o epíteto, de fiel sabujo de Gorbachev.

De fato tem sido cômica a trajetória da diplomacia burguesa e de sua imprensa nesses dias de conciliação e noivado entre as superpotências. Afinal, não chega a 4 milhões o número de lituanos humilhados, "persuadidos" portanques, metralhadoras e fuzis a não exercerem o direito à autodeterminação, princípio elementar da liberdade dos povos. Mas é uma truculência que se pratica em nome da "paz", da "glasnost", das "liberdades" e dos "direitos humanos", enfim, uma contingência da "modernidade". E, claro, também do natural direito de subordinação dos mais fracos pelos mais fortes.

Fidel critica submissão da América Latina aos EUA

Hoje existem os que olham a América Latina como os conquistadores olharam os índios há 500 anos por ocasião da descoberta e colonização do continente. A observação foi feita pelo presidente de Cuba, Fidel Castro, num discurso para cerca de 500 pessoas, no Memorial da América Latina durante sua recente visita a São Paulo.

O líder da revolução cubana observou que os países da região sequer se reúnem para discutir seus problemas, "nem mesmo a dívida externa, que é um verdadeiro desastre, tem sido capaz de promover uma reunião de dirigentes latino-americanos".

Hábito da submissão

Tal comportamento, em sua opinião, decorre de um velho hábito de submissão criado ao longo de décadas, quase séculos, "hábito de submissão e obediência cujo culpado são os Estados Unidos, de forma que nós nos reunimos somente quando convocados a Washington e aos Estados Unidos

— é uma realidade histórica. Basta que um presidente dos Estados Unidos mexa um dedo convidando, e todo mundo sai para lá, embora seja uma reunião improvisada".

Fidel Castro disse que não sentia muito entusiasmo nas comemorações do 5º centenário da descoberta da América porque elas poderiam ser transformadas numa apologia "da conquista e da escravidão, pois foram essas duas coisas que vieram juntas com o 'famoso' descobrimento. Existem séculos de abusos e crimes. Os índios foram escravizados, em muitos lugares exterminados e, ao longo dos séculos, impiedosamente explorados", acentuou.

— Hoje — prosseguiu — existem de novo quem nos olhe como os conquistadores olharam os índios. Porque nos desejam colonizados novamente e com efeito já nos vêm colonizando. Se não nos unirmos e não cooperarmos entre nós; se não nos integrarmos num futuro próximo seremos os novos índios do mundo atual, politicamente.

Ele ressaltou, ainda, que os países imperialistas "se unem no FMI, no Banco Mundial, no Clube de Paris, mas exigem

discutir com cada um de nós separadamente. Formam uma poderosa falange para discutir com cada um dos nossos países os problemas econômicos, obrigam nossos povos a suportar as piores condições. Essa tem sido, é a estratégia que seguiram e seguem. A economia dos países do primeiro mundo prospera porque quando o dólar, o yen, a lira, a libra, o marco alemão, o franco, caem, todos correm para apoiá-los. Mas quando o cruzado, o austral e outras moedas latino-americano caem, ninguém corre para ajudá-los."

O líder cubano acentuou, ainda, que atualmente a espolição dos países é pior que na época colonial. "Se um matemático começar a fazer cálculos do que nos roubam hoje veria que nos roubam pelas diversas vias, mediante o intercâmbio desigual e de formas invisíveis, como a fuga de capitais. O saque atual é bem



Jesus Carlos/Fóton

Somos os índios da modernidade, segundo o líder cubano

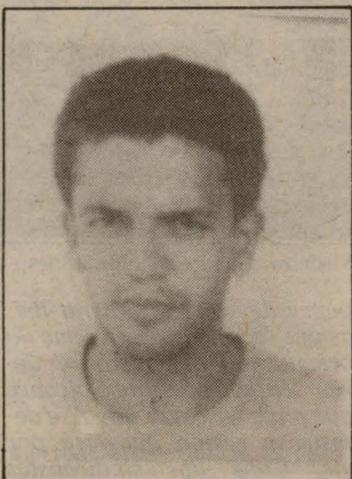
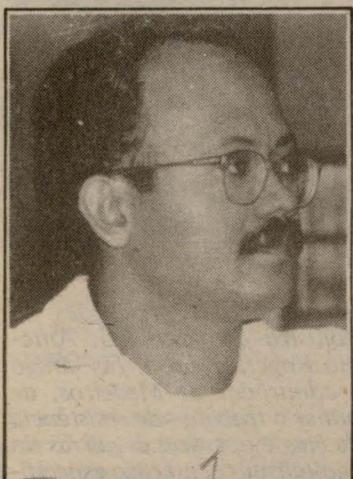
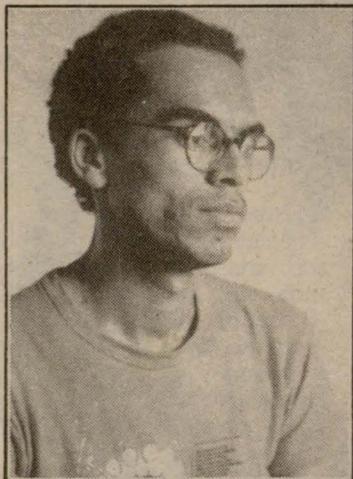
maior que na época das colônias, por isto ostentamos índices como o de 700 mil crianças mortas a cada ano, por falta de condições de saúde, faltam lhes médicos, vacinas. É preciso mudar. Se os países da América Latina tivessem o nível de saúde que tem Cuba poderíamos salvar essas 700 mil crianças a cada ano. A mortalidade em Cuba, atualmente, três vezes menor do que a dos Estados Unidos." (Soraya Félix)

Sindicalistas criticam pacote

Em depoimento à Classe, sindicalistas, representando algumas categorias de destaque no cenário sindical, comentam a repercussão do pacote econômico em suas bases. Todos denunciam o seu caráter entreguista e recessivo, e sugerem a resistência da sociedade civil.

Arquivo

Edson Ruiz



Acima: Nivaldo e Álvaro. Em baixo: Renildo e Alvimar

Nivaldo Santana — Pres. Sind. Trabs. Sabesp/Cetesb — SP — Para os trabalhadores, o aspecto mais saliente do pacote é seu caráter recessivo e suas seqüelas inevitáveis que, aliás, já se tem presente: o desemprego em larga escala e o arrocho salarial.

Acrescente-se a isso a política de privatização das estatais e isso é um verdadeiro golpe contra a soberania nacional, procura responsabilizar os trabalhadores dessas empresas pela crônica crise financeira do Estado, que tem sua origem na dívida externa e na especulação financeira. Nós que trabalhamos numa empresa estatal de São Paulo percebemos que o governo do Estado procura aplicar a política do pacote. O governador Orestes Quércia orientou as direções das empresas estatais de São Paulo a reduzir suas despesas com a folha de pagamento, solicitando demissões em massa em todas elas. A rápida mobilização dos trabalhadores conseguiu deter tal política. Contudo, esta é uma batalha ainda não vencida em sua plenitude.

Uma questão importante para a luta em defesa das estatais e para que elas cumpram o papel a que se destinam, é a in-

tegração dos mais amplos setores sociais e políticos na luta contra a privatização e o sucateamento destes verdadeiros patrimônios públicos. Através do pacote de Collor, eles estão mais do que nunca sendo gradativamente dilapidados com o claro objetivo de serem vendidos a preço de banana para os credores da dívida externa brasileira.

Alvimar da Luz Dias — Vice-pres. do Sind. Metalúrgicos de Betim e Igarapé — Temos ido para as portas de fábricas denunciar esse estado de coisas que estamos vivendo. Querem o governo e os patrões que os trabalhadores paguem o pato. Também em Minas as empresas têm dado férias coletivas como primeiro passo para as demissões.

Através da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas, que abrange 23 sindicatos, vamos promover uma grande assembleia no dia 30 para discutir com a categoria as perdas salariais, a estabilidade no emprego e formas de se conter a onda de demissões o mais rápido possível, já que contamos com situações alarmantes como a da empresa Sfran Refratários, que de seus 800 empregados aproximadamente demitiu cerca de 200.

Luiz Ribeiro Vale — Pres. do "Sindicatão" (trabs. na Saúde-DF) — Já estamos discutindo com a categoria através de representantes de base, com base nos dados do Dieese e do Diap. Entre outros aspectos, o Plano Collor é inconstitucional, emperra o desenvolvimento do país e abre as portas para o capital estrangeiro.

Álvaro Gomes — Pres. do Sind. Bancários-BA — Entendemos que o plano é altamente recessivo. Primeiro porque confisca 45 dias de inflação. Segundo porque é um plano que visa a privatização de estatais, dando plenos poderes de decisão ao Executivo e indiscriminadamente abre as portas para a penetração do capital estrangeiro em nosso país.

A categoria bancária será duramente afetada. Prevê-se a demissão de 40% dos funcionários e já há indícios de demissões.

É um plano nocivo e prejudicial. Não vai dar certo. Ele ignora a questão da dívida externa, que não deve ser paga e a questão fundiária, que só terá solução com a conquista da reforma agrária e as demais reivindicações dos camponeses.

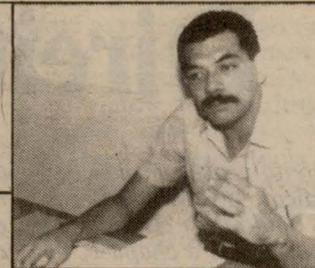
Nossa base sindical atinge cerca de 25 mil bancários, espalhados por aproximadamente 200 cidades baianas. Através de nosso boletim diário, vamos desmascarar esse plano do governo e preparar a categoria para a luta, utilizando todos os mecanismos de que dispomos.

Renildo Souza — Membro da coordenação nacional da CSC e diretor executivo do Sind. Metalúrgicos de Salvador-BA — Esse plano tem em seu interior a proposição de determinar os salários, de fazer com que os trabalhadores paguem a conta dessa medida econômica.

Além disso, a nova sistemática de reajuste salarial, de pré-fixação, vai impor perdas salariais constantes por conta da inflação verdadeira do mês e o reajuste pré-fixado. Não há também obrigatoriedade de negociação entre patrões e empregados. Os empresários não estão obrigados a conceder a reposição das perdas salariais.

Diante dessa situação, há necessidade de se promover uma grande resistência à campanha da grande imprensa, de iludir a massa trabalhadora e dos próprios institutos de pesquisa, que apresentam índices que sugerem um grande apoio do plano por parte da população. E não só isso. Todas as mobilizações dos sindicatos combativos devem transitar na Central Única dos Trabalhadores que, inclusive, no seminário nacional que ela está promovendo, analisará com profundidade as medidas econômicas do governo que ora ameaçam o futuro do país.

Questão de ordem



Preparar o ataque ao Plano Collor

Sergio Barroso*

O Plano Collor é consequência imediata da vitória do projeto de viés neoliberal nas eleições de 1989.

Qualquer dúvida a esse respeito será rapidamente dissipada pela leitura do discurso de posse do novo presidente. Trata-se de uma carta de intenções que não utiliza meias-palavras.

A receita não difere muito das já tentadas em países como México, Argentina e mesmo Bolívia. Recessão, desemprego, arrocho salarial, privatização em massa das empresas estatais e desnacionalização profunda da economia. Como o diagnóstico da burguesia "moderna" já se conhece, qual o tratamento proposto à crise brasileira pelo presidente e seus funcionários? A inserção do Brasil no "primeiro mundo", via abertura completa do país ao capital financeiro internacional.

Para a compreensão de seus padrões — os magnatas dos círculos financeiros internacionais — tenciona dar provas de credibilidade e eficiência, liquidar a inflação e torpedear as atuais funções do Estado brasileiro. Só assim poderá "se credenciar ao Plano Brady", disse Richard Melton, embaixador dos EUA no Brasil, conhecido espião internacional recentemente expulso por Daniel Ortega da Nicarágua. O Plano Brady, mais atualizada manobra do imperialismo yankee para a chamada "redução do estoque" da dívida externa, seria o segundo passo.

Desde o início o Plano Collor está sob fogo cruzado. Difere, entretanto, o calibre da bala daqueles que atiram sobre Collor e sua turma. Roberto Campos, entreguista paranóico, diz que o plano é "estatizante". Lázaro Brandão, presidente do Bradesco, afirma ser o choque "duro, mas bom e necessário". No Congresso Nacional cerca de 300 emendas ao pacote de Collor já tramitam. Pequenos e médios empresários organizaram a primeira manifestação em Brasília. Os trabalhadores demitidos amargam a completa falta de perspectiva.

A CUT E O MOVIMENTO SINDICAL

A posição da CUT, Central Única dos Trabalhadores, tirada em sua última reunião da Executiva Nacional imediatamente após a edição do pacote, está ajustada com o desdobramento inicial do Plano.

O documento denuncia, ponto por ponto, o caráter antioperário da investida sobre os salários, o roubo da inflação de março, a queda do reajuste para o salário mínimo; acusa ser desnacionalizante o pacote, antidemocrático e inconstitucional.

Agora nos encontramos no momento de definição de rumos para a mobilização dos trabalhadores. Por isso, a análise dos objetivos de fundo do Plano Collor deve servir de referência para o combate (de certo fôlego) que precisa ser travado.

Assim, a reunião da Direção Nacional da CUT ampliada marcada para 30 e 31 de março deve levar em conta:

1) A necessidade de ampliar a denúncia entre as massas trabalhadoras.

2) O fortalecimento da unidade com outros setores do movimento sindical contrários ao Plano.

3) Estabelecer união com as forças políticas progressistas, nacionalistas e camadas médias da sociedade opositoras ao Plano.

4) Centrar fogo na organização de ampla frente das entidades da sociedade civil em torno da defesa e democratização das estatais necessárias ao desenvolvimento nacional, CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DAS ESTATAIS.

5) Convocar uma JORNADA NACIONAL DE PROTESTO contra o Plano Collor.

6) Mobilizar nacionalmente os sindicatos para uma grande pressão ao Congresso Nacional, objetivando a derubada de medidas provisórias relativas ao salário mínimo, política salarial, estatais e saques da poupança, principalmente.

*Coordenador da Csc da CUT

Direita sindical joga sujo em SP

A direita venceu as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo com cerca de 60 mil votos dados à chapa 1, de Antonio Medeiros, contra 16.971 da chapa 2, de oposição. As tramóias dos pelegos para dificultar as chances dos sindicalistas da CUT foram incontáveis. No entanto, um dos fatores relevantes foi a antecipação do pleito para março, somado à vacilação no campo oposicionista que ocorreu no início do processo de formação de chapas.

Superados os primeiros problemas, a chapa da oposição soube ir bravamente à luta. Os cutistas sabiam que o embate que tinham pela frente não era apenas mais uma batalha sindical. Era sim uma batalha da luta de classes, contra a burguesia, o governo, a Rede Globo e toda a sorte de trastes das classes dominantes. Contudo, a conjuntura mostrou-se desfavorável. Como já dissemos, a antecipação das eleições por obra e graça do famigerado Medeiros, trunçou o tempo que a oposição necessitava para revelar junto aos trabalhadores os pormenores da traição da atual diretoria do sindicato à luta pelos interesses sociais e econômicos da categoria. Como se isso não bastasse, o período de votação veio em meio à semana de carnaval e a posse do novo governo.

A massa trabalhadora, duramente castigada pela infla-

ção extraordinária dos últimos meses, aguardava com ansiedade a posse do novo presidente e as medidas de seu governo frente ao caos econômico. Assim, dentro do período da disputa metalúrgica, não houve espaço de tempo para um raciocínio mais político por parte da categoria. Não se tinha ainda entronado o colorido presidente Collor e muito menos se apresentado o seu pacote de medidas adversas, que ele e sua equipe insistem em chamar de Plano Brasil Novo ou (pasmem!) Plano de Salvação Nacional.

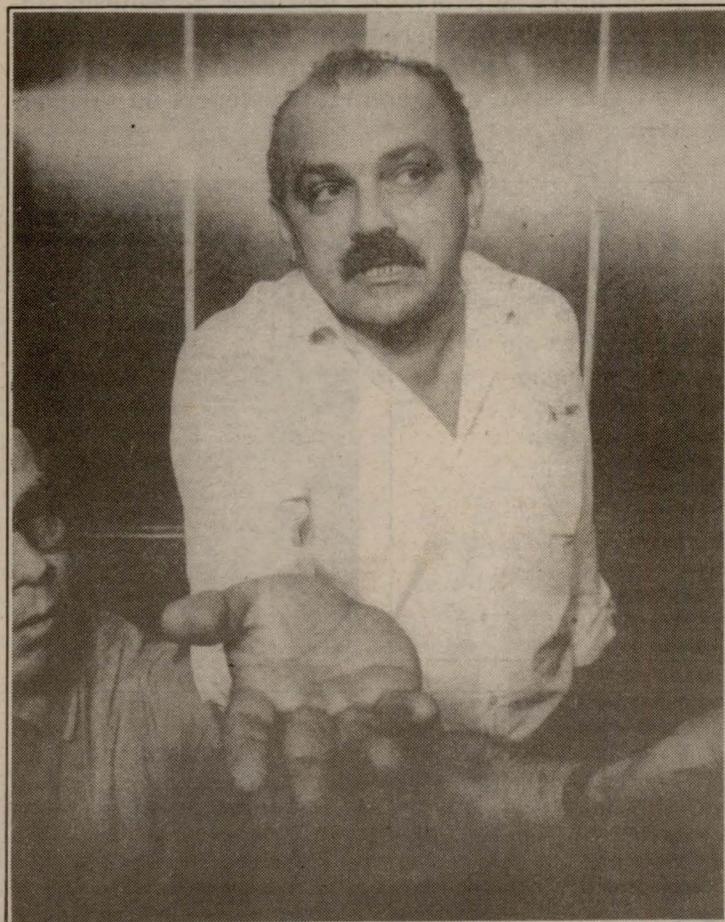
Afora o momento ideal para Medeiros, o sindicalismo de resultados contou com escandaloso apoio da grande imprensa, sem contar com que a chapa 1, usou e abusou da máquina do sindicato. Na rede Globo, durante o Fantástico, Antonio Medeiros apareceu ao lado de Collor. A idéia grosseira que buscava-se passar era clara: Medeiros é amigo do homem, logo, tudo que pede consegue.

Apesar da derrota eleitoral, a chapa 2 cumpriu um papel importante enquanto força de oposição. Ela soube demarcar dentro da categoria a existência de idéias distintas de sindicalismo. Para Medeiros e seus seguidores era importante que na categoria não houvesse forças que se contrapusessem ao peleguismo descarado que seguem. As urnas mostraram

que onde a oposição classista fez trabalho, isto é, onde se travaram lutas específicas e se pôde concientizar os trabalhadores, foi vitoriosa. Isso se deu nas grandes empresas como a MWM, a Mapri, Metaleve e Ford. Nelas, as influências da burguesia não tiveram a repercussão desejada.

Embora o resultado tenha sido desfavorável para o conjunto do movimento sindical brasileiro, pior seria se os oposicionistas tivessem optado por compor com Medeiros e o sindicalismo de resultados. Tal gesto deixaria a CUT comprometida com um incontável rol de fatos e atitudes cultivados pelo peleguismo colorido. Exemplo disso está num dos golpes sujos que Medeiros aplicou durante a campanha. Ele mandou cartas para os cerca de 54 mil associados. Até aí nada de novo. Só que o sórdido deste gesto é que as cartas foram em nome da chapa 2. Nelas se afirmava que a chapa de oposição vencendo, propunha acabar com a colônia de férias e o departamento médico do sindicato, entre outras patifarias saídas da cabeça anticomunista e antioperária de Antonio Medeiros.

O antídoto contra a política sindical patronal que o arqui-pelego segue é um só. A oposição terá que intensificar o trabalho de suas lideranças à frente dos interesses dos metalúrgicos, concientizá-los de seu



Medeiros: mão estendida à Fiesp contra os trabalhadores

papel de classe, mostrar-lhes as mil facetas e artimanhas do peleguismo. Os operários devem ter bem presente o alcance que pode ser essa "nova" e desastrosa gestão que está por vir. Cabe aos sindicalistas compromissados com as reivindicações dos trabalhadores também o papel de buscar a

derrocada das pretensões do ministro do Trabalho, Antonio Rogério Magri, fiel amigo e admirador de Medeiros, de minar o trabalho de resistência da classe operária às garras do capitalismo e, no caso específico dos metalúrgicos, sufocar os seus mais sentidos reclamos. (I.C.L.)

Incompetência do governo baiano é posta em cheque durante movimento dos trabalhadores em educação

Miguel Lucena*

Os trabalhadores em educação da Bahia — professores, supervisores, orientadores e funcionários de apoio — deflagraram uma greve geral no último dia 14 que culminou com uma vitória contundente sobre o governador Nilo Coelho, no dia 25, no Tribunal Regional do Trabalho: a conquista de piso salarial e reajuste de 53,55% sobre os salários de dezembro e 30% de ganho real. O governo anunciou que recorrerá da decisão.

A greve mobilizou 97 mil educadores. Agora, professores têm dezembro como data-base e um piso de 2,5 salários mínimos. Os funcionários também conquistaram um piso de 1,67 mínimo. Contudo, mesmo com o fim da paralisação, que estava para ser decidido em assembléia na quinta-

feira, não havia condições de reiniciar o ano letivo: 60% das escolas públicas estão destruídas, sem carteiras, giz, papel, água e segurança.

Das 4.500 escolas da rede oficial, 2.700 estão completamente desativadas. Cerca de 1 milhão dos 1.800 estudantes ficarão sem aulas por culpa do governo, que trata o ensino público com irresponsabilidade e descaso.

Os educadores, liderados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia (APLB), exigem, na pauta de reivindicações, a recuperação das escolas. "Nós não voltaremos a trabalhar para fingir que estamos ensinando e os alunos, sem nenhuma condição, sentados no chão e utilizando banheiros imundos, fazer de conta que estão aprendendo", assinala Maria José

Rocha Lima, presidente da entidade.

Tribunal — na quarta-feira pela manhã, na Assembléia Legislativa da Bahia, personalidades do estado se reuniram para discutir a situação da escola pública. A presidente da APLB anunciou, para os próximos dias, a criação do Tribunal Anísio Teixeira, que julgará os crimes contra a educação.

O Tribunal será composto por educadores de renome, como Florestan Fernandes, Antonio Houaiss e Lucília Reginal de Souza Machado. Os julgadores depararão com uma situação extremamente difícil na escola pública da Bahia. O estado de grandes poetas e escritores que conta hoje com cinco milhões de analfabetos.

O exemplo da escola Edgard Santos, antigamente uma das

mais respeitadas da Bahia, dá a dimensão do abandono a que foram relegadas as unidades de ensino da rede pública: no reservatório de água que serve à comunidade escolar, as bioquímicas Rosely Fernandes e Maria de Fátima Brasil, acompanhadas de jornalistas e dirigentes da APLB, encontra-

ram um pedaço de áscaris lumbricóides (lombriga) em decomposição, que a olho nu confundia-se também com outro anelídeo.

(Diretor da Federação Nacional de Jornalistas e Colaborador da Classe na Bahia)



A assembléia geral que deflagrou a greve dos educadores

CSC e CUT unidas para mobilizar e fortalecer a classe operária

Arquivo

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo — SP, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, membro do PT da CUT, apresenta em artigo à Classe algumas importantes considerações a respeito da atuação da Corrente Sindical Classista e da Central Única dos Trabalhadores. Além disso, comenta a expectativa que se tem do aumento do poder de ação da CUT para isolar o sindicalismo pelego e ampliar a unidade dos trabalhadores.

Recebemos com alegria e entusiasmo a decisão dos companheiros da Corrente Sindical Classista — CSC de se incorporarem ao processo de fortalecimento da Central Única dos Trabalhadores.

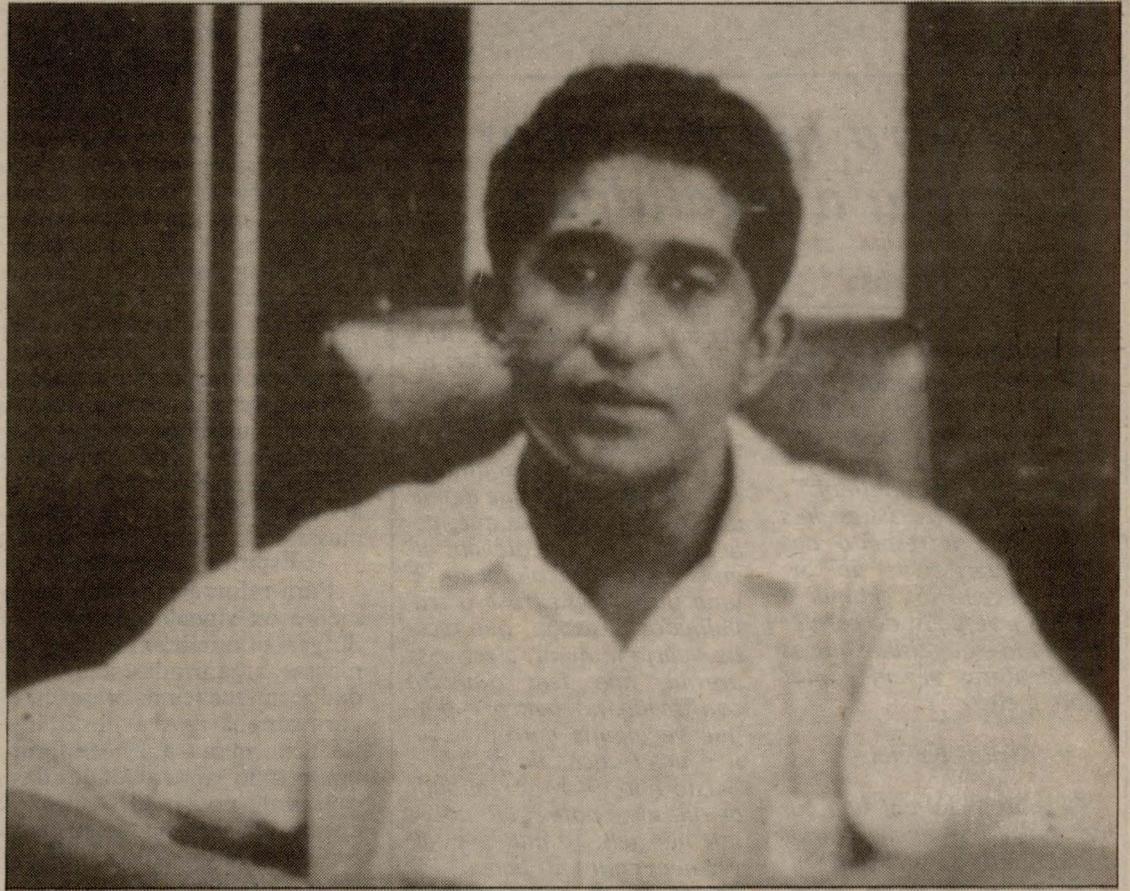
São muitas as razões dessa aprovação. Primeiramente porque a classe trabalhadora brasileira deve estar unida e mobilizada para enfrentar a sanha exploradora dos capitalistas, sanha essa que impõe, hoje, novo choque arrojando nossos salários, mergulhando o país na recessão e acelerando ainda mais o ritmo do avanço dos monopólios imperialistas sobre a economia brasileira.

É claro que a unidade da classe trabalhadora brasileira alcança um patamar superior quando nossas entidades se ligam organicamente numa mesma central, com um estatuto único disciplinando a luta comum, e com os mesmos princípios combativos, orientando uma prática que seja realmente classista, de massas, democrática e pluralista.

Com isso, fica mais forte a CUT e fica mais forte o movimento sindical brasileiro. Cresce nele a força dos que entendem o sindicato como trincheira de defesa intransigente de todos os direitos e interesses dos trabalhadores, e como escola que garante as nossas categorias uma educação política apontando a necessidade de constituirmos uma nova sociedade, onde não exista qualquer tipo de exploração.

A hegemonia da CUT

A vinda para a CUT de um conjunto expressivo de sindicalistas que, de alguma forma, possuem vínculos políticos com o PCdoB representa um passo importante na superação de divergências do passado e na confirmação da CUT como central efetivamente pluripartidária. Nossa central fica fortalecida quando, em seu interior, apresentam-se unidos os membros do PT, PDT, PCdoB, PSDB, e milhares de sindicalistas sem partido, no enfrentamento corajoso



Vicentinho: otimista com a CUT reforçada pela CSC, confiante no crescimento da central

so da fúria patronal e dos governantes que agem como meros ajudantes-de-ordem da burguesia e do imperialismo.

A decisão da Corrente Sindical Classista contribui para afirmar uma clara hegemonia da CUT no movimento sindical brasileiro, num isolamento

crescente do “sindicalismo de negócios” que é apregoado pelo atual ministro do Trabalho e por sua claqué de velhos pelegos de tantas federações e confederações.

Por último, sentimos que nossa convivência dentro da

CUT vai favorecer, e muito, o avanço da unidade política mais geral, nesse extraordinário processo de construção de uma verdadeira frente popular e democrática, já testada com tanto êxito na campanha presidencial de 1989, sob a forma da Frente Brasil Popular.

Eleições democráticas no CFAS

Jesus Carlos/Foton

Um importante setor profissional da sociedade se agita: são assistentes sociais de todo o Brasil que escolherão nos próximos dias a nova diretoria de seu conselho. Duas chapas disputam o pleito, que tem caráter nacional.

Os dias 9 e 19 de abril marcam a realização de novas eleições para renovar a diretoria do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS). A atual diretoria procurou compor uma chapa de unidade com todas as forças da categoria que defendem rumos progressistas. No entanto, alguns setores do PT preferiram se opor a uma chapa de unidade: consideraram que não era o momento histórico para isso e formaram a segunda chapa em disputa.

Maria de Fátima de Azevedo Ferreira, candidata à presidência do CFAS pela **chapa I — Unidade**, observou a justiça da posição dos componen-

tes de sua chapa: “Eles entenderam que a unidade é um ponto importante”, visando contribuir, do ponto de vista do CFAS, com três eixos fundamentais de atuação: luta pela democracia nas várias instâncias; qualidade profissional e compromisso com as classes populares.

“Fizemos uma chapa ampla, com vários segmentos que compõem a categoria, que estão engajados não só no movimento dos assistentes sociais, mas também no movimento popular. Em nossa chapa está representado o PT independente, PSB, PCB, PDT, PCdoB e independentes”, comenta Fátima Ferreira.

Ampliar as mudanças

Analisando o conjunto de propostas da plataforma da **chapa Unidade**, verifica-se o compromisso com as lutas específicas das assistentes sociais e com as lutas gerais dos trabalhadores brasileiros. Ela propõe, entre outras bandeiras:

Transformação das políticas sociais, alterando as relações de poder no Brasil, constituindo assim um serviço social voltado para os interesses populares;

Consolidação do processo de vida democrática do país, em todos os níveis e, no caso da categoria, estimular o aprendizado pleno da democracia, como forma de reduzir o isolamento e o sectarismo entre os que atuam nos diferentes campos de luta que a profissão oferece;

Pela qualidade do exercício profissional, com discussões internas, realização de seminários, intercâmbios



Maria de Fátima: candidata da chapa I. “Unidade”

com os órgãos sindicais e de ensino (Anas/Abess) e com entidades de outros países ligadas à profissão. Lutar pela total autonomia dos conselhos federais.

Com tal plataforma, fica claro o compromisso da **chapa I** com as classes populares. As assistentes sociais querem am-

pliar as mudanças democráticas em suas entidades e na sociedade. Para tanto, “é preciso estar atento e forte”, como os excludivistas, cerrando fileiras ao lado dos que querem dar um fim às injustiças sociais onde quer que elas existam.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Malvído Gróls



CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Contra quem Collor viola a legalidade

Rogério Lustosa *

“Tudo bem, os ricos é que estão sendo atingidos”, dizem uns. “O Plano é bom. Mas infelizmente passa por cima de algumas normas jurídicas que atrapalham”, justificam outros. Estes dois comentários a respeito das medidas agressivas do Sr. Collor devem nos chamar a atenção a respeito do caráter do Estado e da atitude que os trabalhadores devem adotar frente a ele.

Atritios parciais

O aparato estatal tem como função essencial impor ao conjunto da sociedade interesses e normas das classes dominantes. É possível que este mesmo Estado golpeie privilégios dos poderosos?

Seria muito esquemático pensar que isto nunca possa acontecer. Em determinadas circunstâncias é possível que os governantes, visando atender à burguesia como um todo ou a setores burgueses que se tornaram mais fortes que outros, tenham que sacrificar esta ou aquela regalia de grupos específicos da própria burguesia.

A ditadura censurou inclusive a imprensa burguesa. Cassou políticos burgueses. Levou empresas (capitalistas) à falência. Mas foram atritios de menor importância e de caráter circunstancial, diante do verdadeiro massacre que promoveu contra o povo.

Contra o progresso

Os brasileiros precisam ter clareza. A violação das normas legais pelos donos do poder, mesmo que comece atingindo “os ricos”, inevitavelmente se transforma em agressão contra os oprimidos.

A Constituição tem um caráter conservador. Mas a luta das forças progressistas na Constituinte fez com que ela consagrasse também regras e direitos fundamentais para os trabalhadores e a democracia.

A burguesia não rompe a legalidade em busca do progresso e da liberdade. Mas para ampliar o seu poder, remendar o seu regime, aparelhar-se para arrancar mais riquezas às custas da exploração dos que trabalham. Rompe não as leis que defendem o capital mas as que, pela luta do povo, colocam alguns freios à exploração. É uma ilusão desastrosa o trabalhador descalço, que recebe salário mínimo, alegrar-se porque não tem dinheiro confiscado no banco e porque vê alguns patrões levarem uns trancos da polícia.

Isto não altera a realidade de que ele é pobre, tão pobre que não tem 50 mil — e talvez nem conta no banco — e explorado. E que o outro é rico, muito rico, e faz parte da classe que detém o poder, embora leve um peteleco dos outros ricos mais fortes do que ele no momento. O Estado que aí está permanece como instrumento da burguesia. Os procedimentos que adota visam aperfeiçoar o domínio desta classe e não beneficiar os “descamisados”, como apregoa.

Adequar as alianças

O pacote Collor expressa um novo projeto, autoritário e antinacional, da classe dominante — que não cabe analisar aqui. Quem admirar uma ou outra árvore isolada deste plano, sem compreender o conjunto da floresta, confunde-se e ajuda a confundir o povo. E na política a falta de visão dialética é pior do que se perder no bosque.

A ofensiva collorida não poderá ser enfrentada com o mesmo esquema da batalha eleitoral do ano passado. A grande lição de duas décadas contra os generais fascistas é a da unidade. Quem não souber unir o máximo de forças atingidas, quem não perceber que há uma modificação na correlação de forças políticas no país, pode acordar de novo sob uma ditadura.

* Da direção nacional do PCdoB

Comunistas devem ter atuação exemplar nas entidades de massa

Dynéas Aguiar*

Ao analisarmos a atividade do Partido no movimento de massas constatamos um relativo avanço principalmente no movimento sindical, entre a juventude e nas entidades femininas. No setor popular houve certo retrocesso que estamos procurando reverter.

Os avanços refletem uma melhor compreensão por parte dos nossos dirigentes e militantes da importância das entidades para reforçar a unidade das forças populares e elevar a sua consciência quanto aos graves problemas que a nação enfrenta e sua consequência sobre a qualidade de vida do povo e ainda o esforço para estreitar cada vez mais os vínculos do Partido com as amplas massas.

Espírito autocrítico

Para reforçarmos continuamente os vínculos de nossos dirigentes e militantes com as massas organizadas nas entidades em que temos presença e para ampliarmos a nossa influência em outras é necessário um estudo aprofundado das causas de nossos erros e não apenas da sua manifestação, compreender as causas, objetivas e subjetivas de nossos erros e insuficiências. Discuti-las com o coletivo partidário para encontrar as formas mais corretas para a sua superação não debilita as direções junto às bases nem o Partido junto às massas. Ao contrário, é a maneira mais correta de afirmar o prestígio do Partido e reforçar nossos vínculos com as entidades e com seus associados.

Abordamos abaixo algumas dessas causas que a nosso ver são hoje entraves que dificultam a nossa atuação de massas.

Respeito ao mandato

Do rol de problemas que precisamos superar, ganham especial destaque os referentes à atividade dos camaradas que

são eleitos para as diretorias das entidades.

Não é raro diretorias de uma entidade chegarem ao término de seu mandato com apenas 1/3 ou 1/4 de seus membros atuando.

Existem causas objetivas que levam ao afastamento da atividade de muitos diretores eleitos: desde a mudança de emprego, profissão, local de moradia, até mudança de perspectiva de vida e, portanto, de seus compromissos com a luta.

Essas causas de afastamento da atividade são mais comuns nos elementos de massa ou até militantes de outros partidos, mas também têm afetado os comunistas membros do PCdoB.

As críticas mais generalizadas, formuladas pelos camaradas que atuam nas entidades, se referem à atitude das direções do Partido e aos métodos utilizados, que levam ao desligamento de camaradas do movimento de massas e consequentemente ao afastamento dos comunistas dos cargos para os quais foram eleitos. Esse erro começa no momento da formação das chapas para concorrerem às eleições nas entidades. Não se faz um exame criterioso das características de cada camarada e as possibilidades reais de cumprirmos com as responsabilidades do cargo a que está se candidatando. Às vezes o único critério que é levado em conta é o de colocar o maior número possível de comunistas nas diretorias das entidades. Já tem ocorrido termos indicado camaradas para secretarias específicas sem que o mesmo tenha

qualquer afinidade com aquela função, como por exemplo: diretor de esporte, camarada que nunca frequentou um campo esportivo nem como espectador, muitos menos para qualquer prática: de imprensa, quem nunca escreveu um artigo e às vezes é totalmente avesso à leitura de jornais e revistas; de cultura, quem prima por ser contra o “intelectualismo” e a intelectualidade. Estes são exemplos extremos, mas o comum é não levarmos em conta a necessidade da capacitação mínima para o exercício da função e indicarmos camaradas sem nenhuma experiência, o que acaba levando-o ao afastamento da diretoria.

Esses casos demonstram uma incompreensão do que é entidade de massas, da nossa política de alianças e como o Partido exerce seu papel de vanguarda. Nosso papel dirigente e mesmo hegemônico na condução das entidades de massas não é garantido ou exercido porque temos uma maioria de comunistas na diretoria. Esse papel decorre de nossa orientação política, da justeza de nossas propostas e principalmente de nossa prática combativa e consequente na luta pelos interesses das massas e no respeito à democracia de massas na condução das entidades.

Muitas vezes é preferível indicarmos e apoiarmos pessoas de massas ou ligadas a forças aliadas, para determinadas funções para as quais estejam mais preparadas e capacitadas, do que colocar mais um comunista que não vai cumprir a tarefa da mesma forma. Dessa maneira viabilizaremos melhor o conjunto da atividade da diretoria, além de praticarmos de forma mais consequente nossa política de massas.

*da direção nacional do PCdoB



Partido Comunista do Brasil faz 68 anos

Arquivo

No dia 25 de março os comunistas brasileiros comemoraram a passagem do 68º aniversário da fundação do Partido Comunista do Brasil, marco histórico no desenvolvimento do movimento operário brasileiro.

Ao longo dessas décadas o PCdoB demonstrou na prática ser uma organização política profundamente enraizada no povo brasileiro, nas massas trabalhadoras e fortemente vinculada aos interesses nacionais. A história do Partido funde-se com a história das lutas democráticas, populares e nacionais desse período. Partido de classe, o PCdoB levantou bem alto a bandeira do socialismo, ideal da classe operária, regime político e social capaz de superar as chagas da sociedade capitalista.

Em seu desenvolvimento, o Partido Comunista do Brasil amadureceu como organização marxista-leninista. Supe-

rou erros e desvios, assimilou a teoria de Marx e se tornou um lúcido combatente de vanguarda. Internacionalmente, posicionou-se como importante destaque da luta do proletariado a nível mundial.

O Partido Comunista do Brasil sofreu em sua história ataques de diferentes tipos. Da repressão, que mais de uma vez proclamou seu aniquilamento, e dos revisionistas de todos os matizes, que em vão pretenderam degenerá-lo e liquidá-lo. Todos fracassaram. De cada ataque o PCdoB saía mais fortalecido.

Na comemoração dos 68 anos de sua fundação, o PCdoB retempera as suas fileiras nos novos embates políticos e sociais do Brasil e do mundo da década de 90. Empenha-se na defesa do socialismo, no resgate e desenvolvimento do marxismo-leninismo e junta-se às demais correntes democráticas e progressistas



Os delegados que se reuniram em Niterói (RJ) no Congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil

para organizar a oposição popular ao governo de direita instalado no Brasil. Prepara-se

para se transformar numa grande organização, atraindo para as suas fileiras contingen-

tes cada vez maiores de trabalhadores e homens e mulheres do povo.

Comunistas chilenos e argentinos saúdam o PCdoB

O Comitê Central do PCdoB recebeu mensagens de congratulações pela passagem do 68º aniversário do Partido enviadas pelo Partido Comunista Chileno (Ação Proletária) e o grupo político argentino "Avançar até a reconstrução do partido proletário ML".

A íntegra da mensagem enviada pelo Partido Comunista Chileno (ao Comitê Central PCdoB e a todo o partido) é a seguinte:

"Queridos camaradas:

Recebam neste 68º aniversário nossas calorosas saudações e desejos de êxito na luta por um Brasil democrático e popular e pelo socialismo.

O PCdoB tem dado grandes demonstrações de combatividade e de fidelidade à causa dos oprimidos, da classe operária e dos povos, assim como à ideologia de vanguarda do proletariado, o marxismo-leninismo.

O PCdoB, como nosso P.C. (AP), levanta com energia a defesa do pensamento e ensinamento de Marx, Engels, Lênin e Stálin, assim como da construção do socialismo na Albânia e do glorioso Partido do Trabalho da Albânia, questões estas de transcendental importância nos atuais momentos de anticomunismo desatado por parte da burguesia imperialista em união descarada com Gorbachev, que com sua perestroika tem levado à falência total e ao charco capitalista nos países do Leste europeu e na própria União Soviética.

Com a segurança de que este novo aniversário levará o glorioso Partido Comunista do Brasil a elevar ainda mais seu

já destacado papel de vanguarda da classe operária e do povo brasileiro, nos despedimos com um forte abraço.

Vivam os 68 anos de vida e de luta do irmão PCdoB!

Viva a fraternidade entre o P.C. (AP) e o PCdoB!

Viva o marxismo-leninismo! Secretariado político do CC do Partido Comunista Chileno (Ação Proletária), de Santiago do Chile, a 3 de março de 1990"

A mensagem enviada pelo grupo "Avançar" (ao CC do PCdoB e ao camarada João Amazonas) é a seguinte:

"Queridos camaradas:

O 68º aniversário do glorioso Partido Comunista do Brasil é motivo de alegria não só para os trabalhadores e para o povo brasileiro, mas também para os comunistas e revolucionários do mundo inteiro, que observamos com simpatia e admiração a luta audaciosa que desde há seis décadas vocês levam adiante contra a reação, em defesa dos interesses populares, do marxismo-leninismo e pela revolução.

O duro caminho percorrido por vocês, cheio de mártires e dificuldades, teve um norte permanente: a fidelidade aos princípios.

Desde que Marx e Engels levantaram a bandeira da luta revolucionária com o imortal "Manifesto Comunista" o movimento comunista tem sabido enfrentar terríveis inimigos dentro e fora de suas fileiras, que por todos os meios tentam apartá-lo de seus fins. Assim ocorreu não só com a reação aberta de todas as épocas senão com os divisionistas de dentro do movimento revolucionário: anarquistas, trots-

quistas, os grupos da 2ª Internacional, que na primeira metade do século combateram furiosamente o partido do proletariado e a ideologia marxista-leninista. Na segunda metade deste século o combate entre o proletariado e seus inimigos continuou e continua: o revisionismo kruschevista, o foquismo, o pensamento "Mao Tse Tung", a perestroika, golpearam profundamente o Movimento Comunista Internacional. Esta situação encontrou quem resistisse aos sinistros planos de esvaziamento ideológico, e o PCdoB se encontrou firmemente entre estes.

Não deve ter sido fácil, ainda no início da década de 60, enfrentar o violento ataque revisionista, porém o PC do Brasil e seu líder João Amazonas não se acovardaram e formaram ao lado do punhado de comunistas que denunciaram o revisionismo, resistiram à onda revisionista e anticomunista mundial. Uma década depois um novo golpe revisionista sacudiu o MCI, indignos revisionistas até então ocultos renegaram abertamente o marxismo e passaram a colaborar com o imperialismo e a reação. Nesses difíceis momentos o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, esteve à altura requerida pelas circunstâncias, cumprindo suas tarefas internacionalistas solidarizando-se com a gloriosa e aguerrida Albânia Socialista, denunciando o cerco imperialista-revisionista de que era vítima, desmascarando as novas teorias revisionistas. Estas são algumas das razões da importância histórica do PCdoB.

Hoje quando o lodaçal revi-

sionista mostra sua verdadeira face perante o mundo e intenta fazer crer que seu fracasso é a derrocada do socialismo, a morte do marxismo, a existência do Partido Comunista do Brasil, com seu crescente enraizamento entre as massas, constitui uma renovada razão de sua importância histórica, porque constitui um claro exemplo da vitalidade e da vigência do socialismo como proposta e perspectiva para grandes massas populares.

Para nós, comunistas da Argentina, que nos propomos a complexa e delicada tarefa de reconstruir o partido do proletariado, marxista-leninista, o estudo da atividade política e das elaborações teóricas de vosso partido é um importante elemento para nossa formação

como comunistas e revolucionários, e cada êxito que vocês obtêm na sua luta cotidiana nós o sentimos como próprio, reforçando nosso compromisso militante e nossa convicção de lutar pela reconstrução do partido marxista-leninista da Argentina.

Queridos camaradas:

Sabemos que ainda lhes resta um largo caminho por andar, repleto de perigos e dificuldades, porém temos a mais plena confiança que, como até agora, vocês saberão evitar os riscos a cada passo e encontrar as respostas criativas que permitam seguir avançando pelo caminho que conduzirá à revolução e ao socialismo.

Viva o glorioso Partido Comunista do Brasil!

Um guia para as células

A Comissão Nacional de Organização do Partido Comunista do Brasil publicou o "Manual da Organização de Base (célula)", com o objetivo de contribuir com as organizações de base e com as direções regionais, municipais e distritais no esforço para a construção do partido em diferentes níveis.

O "Manual da Organização de Base" é um material didático e funcional. Responde objetivamente a perguntas como "O que é a organização de base?", "Onde e como se formam as organizações de base?", "Qual a função da célula?" e outras, além de explicar como se dá a atuação das organizações de base nas frentes de massas, na agitação e propaganda, na formação de quadros, na fundação de células e na sustentação financeira do

Partido. Para adquirir o "Manual da Organização de Base", escreva para o Diretório Nacional do PCdoB, Rua Major Diogo, 834 — Bela Vista — São Paulo — SP, CEP — 01324.

MANUAL DA ORGANIZAÇÃO DE BASE (CÉLULA)

Centro de Documentação e Memória Maurício Grabois

Dia de luta contra o racismo

Transcorreu em 21 de março o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial, instituído pela Organização das Nações Unidas — ONU, numa homenagem às vítimas do massacre de Shaperville, África do Sul, ocorrido em 21 de março de 1960. Naquele dia a polícia sul-africana reprimiu barbaramente populares que se manifestavam pacificamente contra a Lei do Passe, de caráter racista. Morreram 67 manifestantes e mais de 200 ficaram feridos. No Brasil a data foi oficialmente lembrada em sessão solene no Congresso Nacional, por iniciativa do deputado Edmilson Valentin (PCdoB-RJ).

A sessão solene em homenagem ao Dia Internacional Contra a Discriminação Racial

foi uma oportunidade para os parlamentares brasileiros condenarem o regime racista da África do Sul, saudarem o líder negro Nelson Mandela, recentemente libertado do cativo, e denunciarem manifestações de racismo no Brasil, apesar de a Constituição de outubro de 1988 considerar o racismo atitude criminosa.

Falando em nome da liderança do PDT, o deputado Carlos Alberto Caó (RJ), depois de se referir aos “ventos de mudança” na África Austral, enfatizou que “os pilares do regime do *apartheid* permanecem inalterados”. Segundo Caó “a segregação por bairros é mantida; a interdição do acesso ao negro à terra é igualmente mantida; a lei do registro racial que diz a cada pessoa o que pode fazer também



Benedita denunciou racismo no Brasil

mantém plena vigência”. O deputado conclui daí ser “indispensável reiterar a condenação ao regime segregacionista, mistura de teologia calvinista com certos graus de paternalismo e com a tentativa, já histo-

ricamente frustrada e superada, de indicar a superioridade de uma raça sobre a outra”. Para Caó “é possível, através de formas concretas de solidariedade, contribuir com segurança e firmeza para o isolamento do regime de Pretória da convivência internacional, tanto no plano político como no econômico”.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) lembrou que a realidade do povo negro sul-africano sugere reflexões sobre a realidade brasileira. Frisando que a prática do racismo foi condenada pela Constituição como crime inafiançável, Benedita da Silva citou dados atestando a existência de discriminação contra os negros no Brasil. Segundo ela, a expectativa de vida dos negros no Brasil situa-se abaixo dos

60 anos e “morrem anualmente meio milhão de crianças de zero a cinco anos, basicamente por causa da fome e da miséria e, na maioria, negras”. A deputada carioca denunciou que “entre nós, quase nada é feito para impedir o avanço da miséria e da opressão”.

Benedita da Silva referiu-se a “casos e mais casos de pessoas negras que sofrem constrangimentos e humilhações de todo tipo por causa da cor da sua pele”. “As variadas humilhações” — disse — “vão desde as costumeiras denúncias de racismo nos anúncios de classificados de emprego, onde a cor da pele das pessoas é fator determinante para se conseguir uma vaga, até o absurdo constrangimento público”, que segundo ela ocorre em diversos ambientes sociais.

Herói negro do Araguaia, Zumbi redivivo, esposa de um porvir

O deputado federal Haroldo Lima (PCdoB-BA), falando em nome da liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, leu um texto elaborado por sua esposa, a professora Solange Silvano Rodrigues Lima, homenageando Osvaldão, herói negro da Guerrilha do Araguaia.

“Osvaldão, Mineirão ou Zumbi, revivido nas barrancas guerrilheiras do Araguaia pelo povo da região, que não pode imaginar morto aquele gigante negro de dois metros de altura, tão bravo na defesa dos oprimidos, tão terno no companheirismo do seu sorriso. A sua fama de andar nas matas com a mesma facilidade com que percorria as estradas, a sua extraordinária força física, a sua coragem, a sua exímia pontaria, a sua bondade, a sua negritude criaram em torno dele o clima mágico do herói popular, carismático, lendário. Percorria, dizem, a floresta amazônica com a habilidade de um Oxossi caçador, dirigido pelos ventos, protegido pelas águas doces do rio-mar.

Desapareceu por ocasião de um grande ataque promovido pelas Forças Armadas do Brasil contra as Forças Guerrilheiras do Araguaia, em 25 de dezembro de 1973. Mas, diz o povo, não morre em dia de Natal quem é do povo e nele vive. Renasce nos sonhos das crianças - iluminando-as - ou nas assombrações dos velhos reacionários - acusando-os - como Zumbi. Sonho de negro, de pobre, de oprimido. Zumbi dos Palmares. Osvaldão do Araguaia. Anjos negros, temidos e amados. Confundidos pelo povo em seu amor, acima de barreiras e preconceitos. Esperanças vivas de liberdade de uma raça e de um povo, gestados em sofrimentos imemoriais. Liberdade perseguida nas estradas negras de todos os tempos e de todos os lugares, banhadas pelo sangue dos heróis abatidos na luta perseverante, insana e cruel contra as dominações de todas as eras.

Osvaldo Orlando da Costa, nascido nas Minas Gerais, campeão de boxe amador pelo Botafogo, estudou no Rio, na Escola Técnica. Aportou na Tchecoslováquia, onde cursou engenharia. Aprendeu a manejar armas no



Osvaldão, o guerrilheiro negro

C.P.O.R, de onde saiu oficial da reserva. Jovem aguerrido, no aguerrido Partido Comunista do Brasil, assistiu ao golpe de 64 e à instalação da ditadura militar. Perseguido, tornou-se cidadão clandestino. Acolhido pelo povo do Araguaia, tornou-se comandante da guerrilha que provocou a maior movimentação de tropas no Brasil, desde a Gerra do Paraguai.

Andarilho de todas as caminhos em busca da liberdade, a “estrela peregrina”, a “noiva do sol”, no dizer do poeta dos escravos, Castro Alves, mas, também, a “esposa de um porvir”, que virá... Zumbi redivivo na dimensão moderna e atualizada de um guerreiro de raça negra, a mais proletária de todas as raças e, por isso, vanguarda e sentinela avançada de todas as conquistas libertárias.

Firme denúncia ao apartheid e homenagem ao líder negro Mandela

Arquivo

O deputado Edmilson Valentin (PCdoB-RJ) começou seu pronunciamento condenando toda forma de racismo. “Integrando métodos de opressão” — disse — “o racismo sempre foi caracterizado pela supremacia de uma raça (a dominante) sobre outra (a dominada), até mesmo em se tratando de nível cultural. Em seguida denunciou o regime do apartheid da África do Sul — “conjunto de leis que proíbe relações sexuais e casamentos inter-raciais; classifica o indivíduo desde o nascimento de acordo com a sua raça; impede os não-brancos de possuírem terras; segrega-os nos meios de transporte, na educação, no lazer e em áreas residenciais; proíbe a sua livre locomoção pelo país; permite a remoção forçada de não-brancos de suas terras e das zonas urbanas; priva-os de seus direitos políticos e ainda institui um poder judiciário a serviço da discriminação racial e as aberrações geográficas representadas pelos bantustões”.

Edmilson Valentin dedicou parte do seu pronunciamento ao nível atual da luta antiapartheid na África do Sul, considerando ser “inevitável a transferência do poder para a maioria negra e que qualquer outra proposta é meramente paliativa”. Ele lembrou que no dia 11 de abril haverá um “encontro histórico” entre o presidente da África do Sul e o do Congresso Nacional Africano, organização que dirige a luta antiapartheid e que conta com aproximadamente 2,5 milhões de membros. Edmilson lembrou que o Congresso Nacional Africano vem desenvolvendo lutas tanto no plano político como pela via armada e, embora em atividade desde 1960, somente agora conquistou a legalidade. E relatou aos parlamentares brasileiros as condições que impõe para estabelecer conversações com o governo — a libertação de todos os presos políticos e a suspensão imediata do estado de emergência, em vigor há mais de três anos.

Edmilson prestou uma homenagem ao líder negro Nelson Mandela, “um homem que merece nosso respeito e ad-



Edmilson propôs a realização do evento

miração, não só por sua luta constante pela igualdade de direitos, como também por sua resistência durante os 27 anos em que cumpriu pena”. O deputado do PCdoB insistiu em que “a libertação de Mandela, a disponibilidade de discutir a suposta democratização do país, entre outras atitudes do governo, são medidas que não significam a liberdade e a igualdade para o povo negro, nem mesmo o término da discriminação racial no país”. Ele destacou ainda a importância da conquista da independência pela Namíbia, última colônia da África do Sul.

Depois de denunciar a discriminação racial também no Brasil, Edmilson Valentin concluiu seu pronunciamento dizendo: “No transcurso do dia consagrado à luta internacional pelo fim do racismo, saudamos aqueles que se unem aos negros e aos democratas de todo o mundo, desejando que no Brasil essa luta seja cada vez maior, com a participação dos brasileiros e dos que lutam contra o racismo — significando manter negros, mestiços e índios subordinados à vontade política dos brancos, de falta de cidadania, de submissão para servir aos interesses de um pequeno número de grandes grupos econômicos”.

Nascido em 4 de julho

Clóves Geraldo *

O filão aberto pela Guerra do Vietnã (1963/1975) ainda não terminou. A maioria dos filmes até agora abordou o conflito, suas implicações político-ideológicas e consequências diretas sobre o povo americano e suas instituições. Mas nenhum até então havia entrado nas residências das famílias dos jovens que lá morreram ou saíram de lá mutilados. Oliver Stone entra pelos lares americanos de forma visceral para desnudar os pilares de uma sociedade que desmorona a partir de valores que não resistem a maiores análises, pois são tão danosas quanto as fraturas que tornaram Ron Kovic (Tom Cruiser) tetraplégico.

Numa das cenas mais intensas e polêmicas que o cinema já apresentou, Ron Kovic faz desmoronar todo o arcabouço em que se assentam as crenças de sua mãe, fervorosa religiosa e patriota, que esperava ver o filho dizendo palavras tão “profundas” quanto John Kennedy: “Não pergunte o que o país pode fazer por você, e sim o que você pode fazer por seu país”. Ela que o havia tratado a bofetadas ao encontrar com ele, antes da guerra

do Vietnã, uma revista Play-Boy, obrigando-o a jogá-la fora, não percebia que contribuía para os recalques sexuais que viriam a se manifestar de modo violento.

Mãe e filho entram numa discussão tão profunda que quase percebemos os tijolos em que se assentam suas crenças virem abaixo. Kovic vai num crescendo deixando a repressão de seus recalques explodirem, culpando Deus, a mãe, a pátria, a guerra, até puxar o tubo que serve para ele urinar e mostrar para a mãe. O choque desta cena vale mil análises freudianas, reichianas, sociológicas e políticas. A mãe desaba, Ron Kovic a partir daí vai descer aos infernos de forma violenta como um ser que criou sua própria visão a partir de uma realidade histórica que passou a entender.

Sentir na carne

É a partir deste ponto que se entende o que aconteceu às famílias norte-americanas no contexto da rebeldia dos jovens da classe média nos anos 60. Mais do que frágeis estruturas sociais, o tipo de família com seus dogmas religiosos, sua visão política direitista —

e portanto reacionária — impedia a juventude de entender o que se passava a nível mundial com a guerra do Vietnã, e inclusive com o sistema educacional repressor, a repressão sexual, e a pressão da guerra fria. Mas ela sentia tudo e procurava se livrar desta estrutura podre pondo tudo abaixo, mesmo se não buscasse em princípio substituir o sistema por outro.

Kovic é um homem de sua época. E chegou a uma consciência do que se passava de uma forma diversa de milhares de jovens de sua idade. Sua educação levou-o a percorrer caminhos que eram o do patriotismo, do fervor religioso e da vontade de imitar o Sargento Stricker (John Wayne) de You Jima — o Portal da Glória (de Allan Daw), que ajudou a fincar a bandeira americana naquele monte japonês. Foi à guerra por “livre e espontânea vontade”, viu seu batalhão assassinar mulheres, velhos e crianças, e ainda por cima, ele mesmo fuzilou o recruta Wilson. Em princípio sua crise de consciência centra-se apenas neste engano. Mas para a guerra este tipo de erro é contabilizado como inevitável. Como bem demonstra seu

diálogo com seu superior.

É só com a sua mutilação num instante banal do confronto com as tropas vietnamitas que ele começa a perceber a descida ao inferno. Ao contrário de sua crença, nada funciona, existem feridos mais graves do que ele, e lhe pedem para tentar ficar vivo. A crueldade da seqüência nada deve ao filme “Mash”, de Roberto Altman, embora este escolham-basse tudo. E surgem conversas ao seu ouvido, colocando coisas como racismo e comunismo sob uma perspectiva que ele jamais imaginara. Tom Kovic achava que tudo que acontecia aos negros era normal e que os comunistas precisavam mesmo cair fora do Vietnã do Sul.

As coisas são diferente

Nada no cotidiano da guerra é uma assistência médica normal. As enfermeiras não chegam e os médicos estão sempre ocupados. Kovic é mais um ferido e tem de esperar sua vez. O mundo subterrâneo tem uma estrutura que o mundo normal não mostra. Seus amigos querem ganhar dinheiro tirando o miolo do hambúrguer. Tudo é passado como normalidade. O amigo lhe diz que seu negócio é diferente. Só que os conflitos já haviam se estabelecido na cabeça de Kovic. As paradas que poderiam servir para glorificar a ocupação do Vietnã pelos americanos se transforma em pesadelo.

Neste crescente e na discussão com a mãe, Kovic acaba no México, onde em companhia de outros mutilados vê agravar ainda mais seus conflitos interiores. O confronto se estabelece com o tetraplégico interpretado por William Dafoe (o Elias, de Platoon). Este tem uma visão realista do conflito e não mede palavras ou escarcânio: “Você matou crianças?” — indaga ele a Kovic numa discussão em pleno deserto. Kovic passa o filme todo sendo questionado. Num seqüência em que ele se encontra num bar, jogando sinuca antes de ir para o México, um ex-fuzileiro troca insultos com ele e pede para ele parar de chorar porque perdeu a guerra.

O mito dos EUA invencível desmorona. Kovic definitivamente não estava preparado para isto. É um ser em frangalhos. Em Villa Douce, no México, ele enfrenta suas limitações sexuais como quem vai a um jogo. É preciso ver no que vai dar. Stone transforma a cena de sexo de Kovic com a prostituta numa das mais belas do filme. É possível ter uma relação sexual satisfatória, Kovic exulta. Sua sensibilidade permanece. Já pode enfrentar o mundo lá fora com menos desamor.

Libertar da consciência

É neste torvelinho que Oliver Stone fixa seus parâmetros para a sociedade americana. É possível um jovem nascido num lar e num país louco e podre obter a consciência? Sim, é possível. Kovic ainda vai titubear, não entender porque tudo aquilo acontece. Mas vem a seqüência em que surge Abbe Hoffman, um dos líderes das liberdades civis nos EUA nos anos 60, e ele vê que havia algo mais do que Vietnã e que seu mundo é por demais pequeno para ele se tornar um jovem ferido.

Seu despertar de consciência é tão violento quanto sua vontade de lutar por seu país sem entender as razões e as implicações. Ele vai à luta em sua cadeira de rodas. Ao seu redor a hipocrisia predominava. O general William Westmorland, comandante-chefe das tropas americanas no Vietnã, diz que os Vietnamitas são ratos e ele iria desentocá-los. É uma frase semelhante a que ele mesmo havia dito sobre os vietcongs: “Eles não sofrem, não sentem nada”. O próximo Nixon, fiel cão de guarda do macartismo, aparece com a sua cara de corrupto na convenção que o indicou candidato à presidência pelo primeiro mandato.

Já se disse que naquela época que a América estava doente. Hoje isto fica muito claro. Stone/Kovic, autor do roteiro de “Nascido em 4 de Julho”, diz que nunca vão deixar que o povo esqueça a guerra do Vietnã. É uma forma de manter a consciência do povo atenta para os desmandos do poder capitalista. O próprio Stone vem fazendo isto de diversas formas. E não só com o Vietnã. Seu filme “Salvador, Martírio de um Povo” mostra como os EUA tratam latino-americanos. Ron Kovic, visto em sua cadeira de rodas, durante a entrega do último Oscar, acaba entendendo a América. Muitos brasileiros ainda não entenderam o que se passou durante a ditadura militar. A arte aqui, salvo por gratas obras, não desceu aos infernos.

Lição para esquecer

O cotidiano de Kovic modificou-se a ponto de ele purgar um a um seus conflitos. Vai à família de Wilson dizer que errou, que o matou. Sofre nas mãos da repressão, lidera passeata e entra na convenção do partido democrata sob ovação, exatamente como imaginara sua mãe, só que por caminhos inversos e sadios. A sociedade capitalista tem suas contradições, a estrutura que se para a história humana tem de libertar a consciência e por as pessoas no caminho da libertação.

* jornalista e crítico de cinema

Arquivo



Uma estação no inferno

Roosevelt Pinheiro.



"O Asco". Pintura em acrílico de Nádja Timm

Se bem me lembro, a minha vida era outra um festim — aberto a todos os corações, regado por todos os vinhos.

Um dia, senti a Beleza no meu colo. — E a achei amarga — e injuriei-a.

Contra a justiça levantei-me em armas.

E fugi. Ó feiticeira, ó miséria, ó asco — o meu tesouro foi confiado a vós!

Cheguei a dissipar de meu espírito o último traço de esperança humana. Num salto surdo de animal feroz, pulei sobre cada alegria para estrangulá-la.

Convoquei verdugos para, agonizando, abocanhar-lhes a coroa dos fuzis. Invoquei flagelos, para me afogar nos areais, no sangue. Fiz da desgraça um deus. E me espojei na lama. E me estendi a secar na aura do crime. E andei pilheriando com a loucura. A primavera trouxe a mim o riso horrível do idiota.

Mas, como estive ultimamente à beira de lançar meu derradeiro vômito! Pensei em reaver a chave do festim antigo, para nele talvez recuperar a fome.

A chave se chama caridade. — Essa inspiração é prova que sonhei!

"Sempre há-de ser hiena, etc...", reclama o demônio que me coroou de papoulas tão sutis. "Conquista a morte com todos os teus apetites, com teu egoísmo e todos os pecados capitais".

Ah! Que mais não pude: — porém, caro Satã, eu vos conjuro um cenho menos carregado! E à espera de minhas pequenas covardias em atraso, arranco para vós que apreciáis no escritor a ausência de faculdades descritivas ou instrutivas — estas páginas odientas de meu caderno maldito.

Rimbaud



Rimbaud no traço de Verlaine

Poucos artistas encontraram na poesia a forma de expressar a consciência libertária e a rejeição à hipocrisia burguesa como o francês Arthur Rimbaud (1854-1891). Crítico da sociedade francesa de Napoleão III e dos rigorosos tempos da guerra franco-prussiana (chegou a apoiar a Comuna de Paris), Rimbaud fez uma revolução com a palavra e numa ativi-

dade literária que decidiu abandonar em 1874 (apenas cinco anos após tê-la iniciado) deixou obras tão essenciais e esteticamente perfeitas como "Uma Estação no Inferno", da qual publicamos um fragmento. "É preciso ser visionário", dizia. "Eu escrevia silêncios, noites e anotava o inexprimível. Fixava vertigens". Rimbaud cantou o homem pleno — sentidos, corpo e alma.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois